

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

PORTO ALEGRE/RS/2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPREINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.

PORTO ALEGRE/RS/2014



Superintendente Regional
ROBERTO RAMOS

Chefe da Procuradoria Regional
PATRÍCIA ROSSATO NUNES

Chefe da Divisão de Administração
DIONÍSIO WESCHENFELDER

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
STANISLAU ANTÔNIO LOPES

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
ANDRÉ GUIDOTTI

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
FRANCISCO EMÍLIO LEMOS

SUMÁRIO

1.	Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	10
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	10
2.	Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	11
2.1	Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia	11
3.	Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão	14
3.1	Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	14
3.1.1	Demonstração dos resultados das Ações.....	14
3.1.2	Cartografia	17
3.1.3	Territórios Quilombolas.....	18
3.1.4	Principais Atividades de Controle do Gestor	19
3.1.5	Indicadores	20
3.1.6	Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste	21
3.2	Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento.....	23
3.2.1	Demonstração dos resultados das Ações.....	23
3.2.2	Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	28
3.2.3	Considerações sobre a gestão dos valores descontados no exercício referentes às áreas de reserva legal e preservação permanente	28
3.2.4	Informações sobre os imóveis desapropriados	28
3.2.5	Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária.....	28
3.2.6	Principais atividades de controle do Gestor	29
3.2.7	Indicadores	30
3.3	Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	32
3.3.1	Demonstração dos resultados das Ações.....	32
3.3.2	Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura	42
3.3.3	Demonstração dos resultados das ações.....	42
3.3.4	Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento.....	43
3.3.5	Principais atividades de controle do Gestor	44
3.3.6	Indicadores	45
3.3.7	O Programa de ATES nos projetos de assentamento do RS	48
4.	Prestação Direta de Serviços ao Público	50
4.1	Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo	50
4.2	Principais atividades de controle do Gestor	50

5.	Gestão de Pessoas.....	52
5.1	Distribuição de servidores.....	52
5.2	Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR	52
5.3	Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem	52
5.4	Recursos humanos da unidade	53
5.4.1	Composição do quadro de servidores ativos	53
5.4.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	54
5.4.3	Composição do quadro de estagiários e custos relacionados	55
5.4.4	Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.....	56
5.4.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	57
5.4.6	Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício.....	58
5.4.7	Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.....	58
5.4.8	Indicadores Gerenciais sobre Pessoal	59
5.5	Análise crítica sobre a distribuição de servidores.....	60
6.	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil ..	62
6.1	Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres	62
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR.....	73
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber	73
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR	76
7.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	77
7.1	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno administrativos da Superintendência	77
7.2	Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.....	79
7.3	Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações	79
7.4	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.....	80
7.5	Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.....	80
8.	Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.....	81
8.1	Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício	81
8.2	Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior	81
9.	Ouvidoria.....	83

9.1	Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.	83
9.2	Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo	83
10.	Correição	84
10.1	Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.....	84

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010 e a Decisão Normativa TCU Nº 127/2013, de 15/05/2013, a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul (SR-11) obriga-se a encaminhar o Relatório de Gestão Individual relativo ao exercício de 2013 aos órgãos de controle externo e interno dentro do prazo estabelecido.

A Superintendência do INCRA no Rio Grande do Sul administra, direta ou indiretamente, 337 projetos de assentamento, ocupando uma área de 289.769 ha, com 12.443 famílias assentadas (posição de 31/12/2013), distribuídos da seguinte forma:

- Assentamentos Federais: 189 projetos, área de 198.749 ha, 8.367 famílias assentadas;
- Assentamentos Estaduais: 138 projetos, área de 83.445 ha, 3.768 famílias assentadas;
- Assentamentos Municipais: 2 projetos, área de 40 ha, 21 famílias assentadas;
- Reassentamentos Barragens: 8 projetos, área de 7.535 ha, 287 famílias assentadas.

Na área do Ordenamento Fundiário a Superintendência gerencia cerca de 650 mil imóveis, perdendo apenas para o Estado de Minas Gerais em número de imóveis cadastrados. Destes imóveis, somente em 2013, mais de 37 mil imóveis sofreram atualização cadastral, diretamente no INCRA ou através dos mais de 350 convênios que a SR-11 mantém com prefeituras e sindicatos de trabalhadores rurais para este fim. Já com relação à certificação de imóveis rurais, no ano de 2013 foram 962 imóveis certificados, número que quase triplicou em comparação com anos anteriores, rendimento facilitado pela alteração de normativas internas e pela implantação do SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária). Outra atribuição da SR-11, assumida após a edição do Decreto 4.887/2003, é a identificação, delimitação, desintrusão e titulação das comunidades remanescentes de quilombos, tendo na SR-11 90 processos administrativos abertos para este fim, sendo que mais de 30 comunidades já estão com ações efetivas do INCRA, nas mais distintas fases do processo.

No que se refere à obtenção de terras para incorporação ao Programa de Reforma Agrária, a SR-11 tem encontrado obstáculos intransponíveis, seja pela falta de atualização dos índices de produtividade, seja pela inadequação do decreto que regulamenta a aquisição de terras através da compra. Os últimos imóveis obtidos pela SR-11 através destes instrumentos foram em 2007 por desapropriação e em 2006 por compra. Os imóveis adquiridos nos anos de 2008 e 2009, nas regiões de São Gabriel e Alegrete, foram através da desapropriação por interesse social genérico, Lei 4.132/62, instrumento não mais utilizado pelo INCRA por determinação da Presidência da República.

O presente Relatório de Gestão está estruturado nos moldes estabelecidos pela legislação supracitada, abrangendo as informações gerais sobre a gestão da Unidade Jurisdicionada (UJ), incluindo: 1) Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada; 2) Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações; 3) Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão; 4) Prestação Direta de Serviços ao Público; 5) Gestão de Pessoas; 6) Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil; 7) Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão; 8) Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas; 9) Ouvidoria; 10) Correição.

A partir de agora, passamos a constituir o Relatório de Gestão 2013, com a descrição de todos os itens relacionados acima.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA		Código SIORG: 1799
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência no Rio Grande do Sul		
Denominação abreviada: INCRA/RS		
Código SIORG:	Código LOA:	Código SIAFI: 373072
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato: (51)3284-3300 / (51)3284-3305		
Endereço eletrônico: nelson.souza@poa.incra.gov.br		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Av. Loureiro da Silva, 515 – Bairro Centro – Porto Alegre/RS – CEP: 90.010-420		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Resolução/Incra/Nº 53/2006 – Regimento Interno: CD/CDR - Resolução/Incra/Nº 54/2006 – Competências: CD/CDR		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373072	SUPERINT. ESTADUAL DO R. G. DO SUL - INCRA/SR-11	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373072	37201	

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

O INCRA realizou o planejamento estratégico no ano de 2013 em 3 etapas: 1ª) nível nacional, junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e em todas as Diretorias do INCRA, onde foram estabelecidas as diretrizes estratégicas do INCRA para o biênio 2013-2014 e as metas nacionais para todas as ações da autarquia; 2ª) nível regional, com a realização de Oficinas envolvendo vários Estados, onde foi nivelada a metodologia a ser utilizada nas Oficinas estaduais (a SR-11 participou da Oficina realizada em Minas Gerais, envolvendo as Superintendências do Sul e Sudeste do país); 3ª) nível estadual, com Oficinas em todas as Superintendências Regionais, visando a apresentação das diretrizes estratégicas do INCRA e a realização do planejamento operacional (metas físicas e orçamentárias) de cada SR.

Os objetivos estratégicos do MDA/INCRA para 2013, estabelecidas na 1ª etapa do planejamento (nível nacional), foram os seguintes:

1) Superação da Pobreza Rural: Contribuir para a superação da pobreza rural nos diferentes segmentos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, priorizando a inclusão produtiva com abordagem territorial.

2) Produção, extração e manejo sustentável: Ampliar e qualificar o uso de sistemas de produção, extração e manejo sustentável, observando as especificidades de cada região e bioma.

3) Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

4) Governança Fundiária: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, com instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária e do regime de propriedade e uso da terra e dos recursos naturais.

5) Democratização do acesso à terra: Promover, democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiárias, observando as especificidades de cada região e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e da violência no campo.

6) Autonomia das Mulheres Rurais: Promover a autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

7) Promoção do Etnodesenvolvimento: Promover o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e a regularização fundiária dos seus territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

8) Autonomia e Emancipação da Juventude Rural: Promover a autonomia e emancipação da juventude rural, contribuindo para a sua permanência no campo e para a sucessão rural.

9) Abordagem Territorial: Consolidar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento, fortalecendo a integração das políticas agrícolas, agrárias, de serviços, de infraestrutura rural e a articulação interfederativa.

10) Gestão e Participação Social: Consolidar a gestão social como mecanismo de governança do desenvolvimento territorial, aprimorando processos e espaços de participação social e instrumentos de formulação, monitoramento e controle das políticas públicas.

11) Eficiência operacional: Aumentar a eficiência operacional aprimorando a gestão dos processos de trabalho, reduzindo despesas, aperfeiçoando a comunicação interna e incentivando práticas que conduzam à inovação e à agilidade nas entregas.

12) Satisfação da equipe: Desenvolver ações para aumentar o comprometimento, a capacitação e a satisfação das equipes colaboradoras.

Para alcançar os objetivos estratégicos acima descritos, o INCRA estabeleceu algumas diretrizes estratégicas para 2013, conforme a seguir:

1) Para o Desenvolvimento dos Assentamentos: Promover a articulação e a integração das ações do INCRA com outras políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento dos assentamentos e a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas: Programa Minha Casa Minha Vida; Programa Água para Todos; Programa Luz para Todos; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); PAC II (abertura e recuperação de estradas); Bolsa Verde; Programas estaduais e municipais; Outros.

2) Para a Obtenção de Terras e a Implantação de novos Projetos de Assentamento: Atender aos novos parâmetros de definição de regiões prioritárias para obtenção de terras (concentração de pobreza rural, concentração fundiária, demanda social fundamentada, disponibilidade de políticas públicas, etc); Garantir a implementação do novo rito de obtenção de terras, incorporando estudos de viabilidade, parâmetros de custos por família e uma rota de implantação do assentamento (articulada com a área de Desenvolvimento); Integrar a seleção de beneficiários ao cadastramento no CAD-Único, desde o acampamento, possibilitando o acesso a políticas de inclusão social e de cidadania.

3) Para a Melhoria da Governança Fundiária: Consolidar o marco normativo de ordenamento da estrutura fundiária no Incra; Qualificar e integrar a gestão de informações fundiárias; Aprofundar parcerias federativas e interinstitucionais (com órgãos federais, estaduais e cartórios); Ampliar a transparência de procedimentos e informações; Qualificar e agilizar produtos e serviços para a sociedade, investindo em tecnologia da informação; Definir parâmetros e estratégias para a fiscalização e a atualização cadastral; Qualificar a política de controle de aquisição de terras por estrangeiros; Aprimorar os processos de identificação, delimitação e titulação de comunidades remanescentes de quilombos.

4) Para a Gestão: Qualificar informações e promover integração de bases de dados; Monitorar e avaliar metas e marcos do plano de ação; Conferir transparência e dar publicidade a ações e resultados desenvolvidos pelo Incra; Ampliar a eficiência operacional na execução orçamentária e física; Melhorar os ambientes, valorizar a produção dos servidores e estabelecer processos eficientes de trabalho.

A Oficina de Planejamento da SR-11, realizada no período de 19 a 22/03/2013, foi dividida em três momentos: 1º) Reunião Geral com todos os servidores e colaboradores da SR-11, sendo apresentado pelo Superintendente Regional os temas referentes ao planejamento (diretrizes do INCRA para 2013 e 2014, ações prioritárias a serem realizadas, agenda comum com as delegacias do MDA e orientações sobre a oficina de planejamento da SR); 2º) Reuniões na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, na Divisão de Administração, na Divisão de Obtenção e na Divisão de Desenvolvimento, com as atividades de apresentação do planejamento das respectivas Diretorias (DF, DA, DT e DD) para todos os servidores/colaboradores de cada Divisão; discussão e construção do planejamento das ações de cada Divisão, em sub-grupos, separados de acordo com as características das ações; e, apresentação do resultado final de cada Divisão; 3º) Reunião Geral com todos os servidores e colaboradores do INCRA/RS e da Delegacia Federal do MDA/RS, com a apresentação do resultado final do planejamento do biênio 2013-2014. Como produto desta Oficina, foram preenchidas as planilhas de planejamento de cada Divisão, as quais serviram de base para a formalização da Agenda de Gestão, assinada pelo Superintendente da SR-11 e o Presidente do INCRA.

A atuação do INCRA/RS esteve alinhada às diretrizes estratégicas do INCRA em 2013. Como resultado da Oficina de Planejamento da SR.11, foram definidas as metas físicas e orçamentárias para cada ação prioritária. Os resultados alcançados para cada uma das ações estão discriminados no corpo do presente Relatório de Gestão, em especial no item 3 a seguir (Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão).

3.Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

3.1Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	19.532	37.297	95.522,64	64.652,75	44.652,75	44.652,75	20.000,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	21.448,72	18.953,79	18.953,79	6.373,29	-
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	834	0	640.851,69	574.743,16	112.650,79	105.049,71	462.092,37
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	14.000,00	13.401,38	13.401,38	13.401,38	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	1.298	0,44	188.820,10	162.025,49	130.752,39	130.246,05	31.273,10
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	226	0	4.489.058,40	4.489.058,40	4.489.058,40	10.531,00	-

*Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	43.634,76	21.606,84	14.991,60	7.036,32
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	2.526,62	-	2.526,52	0,10
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	657.000,00	657.000,00	-	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	-	-	160.380,00	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	44.081,20	160,00	21.410,19	22.511,01
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	-	-	-	-

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Esta ação recebe o impacto da demanda oriunda da sociedade, não estando vinculada diretamente a recursos orçamentários. A importância dos recursos se dão ao longo do tempo, pois sem os mesmos perdemos a capacidade de ampliar a rede de municípios cooperados que desenvolvem atividade ligadas principalmente a atualização cadastral dos pequenos proprietários rurais. Estes investimentos possibilitam que no Rio Grande do Sul tenhamos um índice de área cadastrada na casa de 94% do território do Estado. A aparente inconformidade demonstrada entre a execução e a meta se deve ao bom desempenho das Unidades Municipais de Cadastro, hoje mais de 350, que vem sendo ampliada e treinada ao longo dos anos.

2114 - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos

Ação não realizada no âmbito da SR.11, sendo de responsabilidade do INCRA/Sede.

210U - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

A Regularização Fundiária de Imóveis Rurais está na dependência de marco legal, sob a responsabilidade da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA/Sede, ficando a Superintendência Regional impossibilitada de dar prosseguimento para titulação. Atualmente temos apenas normativo para áreas na Amazônia Legal e para Terras incorporadas ao Patrimônio da União através de Arrecadação não onerosa (terras devolutas). Nas áreas que foram fruto de desapropriação em virtude de conflito agrário entre posseiros e detentores de títulos de domínio, onde houve dispêndio de recursos da união e a titulação tem que ser onerosa, o procedimento para regularização Fundiária falta ser regulamentado.

210U - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

O Georreferenciamento da Malha Fundiária consiste em levantamento a campo do perímetro dos imóveis ou ocupações e a confecção das peças técnicas, que pode ser executado por meio de contratação e empresa habilitada ou executada diretamente pela equipe de cartografia do INCRA. Pelo grande volume, geralmente ultrapassa um exercício orçamentário, devendo no decorrer de 2014 haver a conclusão de grande parte do que está em execução. Foram licitados em 2013 dois contratos para parcelamento de lotes em 4 projetos de assentamentos, beneficiando 416 famílias nos municípios de São Gabriel, Nova Santa Rita e São Miguel das Missões, e dois contratos que atenderam ao convênio com o Governo do Estado do RS, que beneficiou 676 famílias em 23 municípios. Estes processos não foram lançados em virtude de não estarem concluídos, mas todos estão em execução.

210U - Gestão de Terras Públicas

A ação Gestão de Terras Públicas não apresenta uma meta para o Rio Grande do Sul em face das características ocupacionais do Estado, mas o INCRA está constantemente fazendo estes levantamentos ou atendendo a solicitações de comunidades para que façamos estes levantamentos. Estas comunidades, em geral, estão há muitos anos ocupando determinada área e não possui documentos de suas terras. Recentemente localizamos uma área na Ilha Torotama, no município de Rio Grande/RS, que se encontrava nesta situação, correspondendo a terras devolutas que já foram arrecadadas e aguardam marco legal para destinação.

210Z - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

Em 2013 foi publicada a Portaria de Reconhecimento da Comunidade Areal/Luiz Guaranha, com área delimitada de 4.466,23m², situada em área central do Município de Porto Alegre. Em relação às Comunidades Quadra (município de Encruzilhada do Sul), Arnesto Pena (Santa Maria), Família Fidélis (Porto Alegre) e Rincão dos Negros (Rio Pardo), todas as ações de campo foram finalizadas em 2013. As peças do Relatório Técnico RTID estão em fase de finalização. Também em 2013, foram elaborados, via convênio com a Universidade Federal de Pelotas, os relatórios antropológicos das Comunidades de Cachoeira (município de Piratini), Monjolo (São Lourenço) e Maçambique (Canguçu). Foram finalizados, também, os relatórios antropológicos do Pregão Eletrônico Nacional das Comunidades Rincão Santo Inácio (Nova Palma), Linha Fão (Arroio do Tigre), Julio Borges (Salto do Jacuí) e Picada das Vassouras (Caçapava do Sul). A execução financeira está compatível com as ações executadas, incluindo publicações em órgãos oficiais e jornal de circulação estadual.

210Z - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos

Em relação a esta ação foi processado o empenho no final de 2013, no valor R\$ 4.489.058,40, com pagamento realizado no início de 2014. Esta meta física, que será computada em janeiro/2014, atende ações desapropriatórias de 3 imóveis, com 226,17 ha indenizados.

3.1.2 Cartografia

Visando liquidar o passivo de anos anteriores, foram elaborados procedimentos legais pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA/Sede, imediatamente adotados na Superintendência, que resultou no aumento no número de certificações em mais de 275% em relação ao ano anterior, com números absolutos de 962 imóveis certificados. Neste contexto não estão incluídas as certificações solicitadas por meio digital, através do SIGEF, que passou a operar em 23 de novembro de 2013, onde em pouco mais de 30 dias efetuou 226 certificações, dando um grande salto no conhecimento da malha fundiária da jurisdição.

No tocante à execução de georreferenciamento, enquadrado no § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei no 6.015/1973, em conformidade com o Parecer Nº 048/2009/CGA/PFE/INCRA, para os casos de Usucapião não se faz necessário, uma vez que é aquisição originária. Para os demais casos em que se enquadram neste dispositivo, estamos procedendo de acordo com a demanda, que até o momento tem se mostrado relativamente baixa.

Estamos estudando junto com a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária uma estratégia de atuação e programação para atendimento da exigência legal de certificação gratuita de que trata o referido marco legal, visto que no RS esta demanda se dará em grande quantidade a partir de 2016, quando propriedades com menores dimensões já se enquadrarão dentro do estabelecido.

Quanto ao passivo de certificação registrado até 2013, este já foi liquidado, tendo sete processos em análise e outros 70 notificados a mais de um ano sem resposta, que serão encerrados.

3.1.3 Territórios Quilombolas

Com vistas a compreensão da complexidade da execução da política de regularização fundiária dos territórios quilombolas, importante destacar vários aspectos, descritos a seguir.

Em novembro de 2003, através do Decreto Federal nº 4887, o INCRA recebeu a atribuição de realizar a delimitação, a demarcação e titulação dos territórios quilombolas, inaugurando uma atividade complexa no âmbito do Estado brasileiro. Até então, não existiam atividades institucionais relativas a essa nova demanda, nem mesmo o corpo de profissionais necessários para o atendimento dessas especificidades. De lá para cá, a Superintendência buscou se estruturar para cumprir as novas atribuições, o que atualmente conforma uma situação mais adequada, embora os recursos operacionais sejam ainda insuficientes e estejam aquém do volume de processos administrativos de regularização fundiária quilombola existentes em curso.

Nesta Superintendência Regional encontram-se abertos atualmente 90 processos administrativos para regularização fundiária dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos no Estado. Por conta das limitações impostas pelas condições operacionais de nossa equipe, e visando o justo atendimento de todos os procedimentos previstos no Decreto 4887/2003, bem como na Instrução Normativa 57/2009, a Autarquia adota uma planilha de acompanhamento dos processos. Através desta planilha, estabelecemos dois critérios de prioridade no andamento das ações: tempo de abertura do processo e situações de conflito ou demandas territoriais em disputas judiciais. Do total de 90 processos abertos, nossa equipe tem ações em andamento ou já concluídas em aproximadamente 36 processos.

O processo de construção dos RTIDs, dada a sua complexidade, tem levado um extenso período de tempo entre o seu início e a sua conclusão. Tanto por convênios como por licitação, apenas o Relatório Antropológico tem demorado em média dois anos para sua finalização. Ainda, em muitas situações, o Levantamento Fundiário, outra peça do Relatório, geralmente tem gerado conflitos com ocupantes e possíveis detentores de títulos de domínio em áreas reivindicadas pelas comunidades. Não raro, para execução desta fase do trabalho, o INCRA busca apoio da Polícia Federal na proteção de seus técnicos. Cabe, também, citar que a ampla pesquisa cartorial, necessária para elaboração do Relatório Antropológico e a conclusão do Levantamento Fundiário é outro fator que emperra a regularização fundiária das comunidades.

Após publicado o RTID, abre-se à fase do contraditório em relação à ação da Autarquia. Apenas para citar, foram apresentados números superiores a 200 contestações em relação ao RTID da Comunidade Remanescente de Quilombo de Morro Alto, nos municípios de Maquiné e Osório. Analisadas as contestações, inúmeros são os questionamentos judiciais, implicando em nova atuação da Superintendência Regional na defesa de seus procedimentos.

A regularização fundiária termina com Decreto Presidencial, declarando os territórios de interesse social e autorizando o INCRA a proceder às desapropriações. É um longo e tortuoso caminho a ser percorrido para garantir o Direito Constitucional de titulação das terras das comunidades quilombolas.

Por fim, inúmeras são as variáveis que fogem ao controle da Superintendência, todas elas implicando processos de negociação com associações, sindicatos, prefeituras, proprietários para evitar conflitos que surgem no decorrer das ações necessárias para elaboração de todas as peças dos RTIDs. Isso implica longo processo de negociação e convencimento, o que implica mais uma vez o fator tempo.

Apesar das dificuldades, entendemos que o INCRA deu resposta significativa, pois com as ações desenvolvidas em 2013 estão em fase de finalização 06 RTIDs, 05 procedimentos estão no INCRA/Sede para, após análise de recursos junto ao Conselho Diretor, proceder publicação de Portarias e Decretos Presidenciais.

A tabela abaixo reflete a situação da Coordenação de Projetos Especiais na SR.11 em relação às ações em andamento:

FASE DO PROCESSO	QUANTIDADE	COMUNIDADES
Relatórios Antropológicos Concluídos em 2013	18	Maçambique, Cachoeira e Monjolo, Linha Fão, Picada das Vassouras, Rincão Santo Inácio e Julio Borges
Relatórios Antropológicos em Execução Direta	06	Anastácia, Peixoto dos Botinhas, Cantão das Lombas, Vila da Lata, Cerro das Velhas, Costa da Lagoa
RTIDs em Fase de Finalização	06	Rincão dos Negros, Família Fidelix, Manoel do Rego, Arnesto Pena, e Alpes, Quadra
Portaria Publica	01	Areal
Processos Aguardando análise de Recursos, Portaria e Decreto	06	Momarça, Cambará, Arvinha, Palmas, Morro Alto, Limoeiro
Decretos/Desintrusão	04	São Miguel (ação judicial), Rincão dos Martimianos, Rincão dos Caixões e Manoel Barbosa
Ações desapropriatórias em 2013	03	Comunidade Rincão dos Caixões
Titulados	03	Família Silva, Chácara das Rosas e Casca

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

Destacamos as seguintes iniciativas: fazer a gestão de pessoal e de fluxos de forma colegiada com os coordenadores das ações, buscando ter uma equipe de servidores e colaboradores motivados para o desempenho de suas atividades, que resulta em qualidade de trabalho; manter os processos sob controle, visando que os mesmos possam garantir a segurança das informações, tendo em cada procedimento seu fluxo elaborado e alterado quando necessário, para qualificar os registros da Autarquia; atuar de forma alinhada com o direcionamento apresentado pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, participando com sugestões e opinando quanto aos processos e políticas, buscando transmitir para os gestores nacionais a experiência que os servidores que estão na ponta de conexão com o administrado nos transmitem, buscando desta forma socializar o conhecimento, propondo alterações que busquem a solucionar os problemas percebidos no âmbito da sociedade.

3.1.5 Indicadores

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. = 25.390.271,50 ha	94 %
				Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br . = 26.876.627,50 ha	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb = 962 processos	188 %
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb = 510 processos	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	Não há marco legal para esta ação
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia no Ordenamento da Estrutura Fundiária:

1) Índice de Cadastramento de imóveis rurais: Este índice demonstra não só o conhecimento da área de atuação, como também o grau de atendimento da Autarquia na jurisdição. No RS temos 26.876.627,5 ha e 25.390.271,5 ha de área cadastrada, correspondendo a 94% da superfície territorial, o que demonstra conhecimento quase que total da área de abrangência, já que devem ser diminuídas da área física do estado as áreas urbanas, ocupadas com rios e lagos que estão no compito geral e não tem destinação rural.

2) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis: Com a implantação do SIGEF no final de 2013, foi solucionado um dos maiores entraves gerados nas Superintendências, que era a demora na conclusão dos processos de certificação. A norma excessivamente restritiva causava grandes entraves para a análise por parte do servidor, com a nova metodologia, diminuiu-se os tramites burocráticos sem perder a qualidade das informações e agilizando o processo de forma inimaginável, e pela primeira vez o número de processos certificados supera o número de processos abertos no ano. Desta forma, sob a jurisdição da SR-11 foram abertos 510 novos processos e foram finalizados 962, ou seja, 188%, levando a Superintendência ter praticamente eliminado o passivo registrado em anos anteriores, que se acumulavam desde a aplicação da Lei 10.267 em 2004.

3) Índice de Regularização Fundiária: Procedimento pendente de marco legal, comentado na descrição da ação 210U - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais (acima), o que prejudica uma análise mais criteriosa da ação. A Superintendência do RS já tem mais de 150 glebas medidas, aguardando o procedimento legal para abertura de processos e emissão de títulos, estando prejudicado o parâmetro, mas entendemos ser apropriado, já que atualmente mais de 400 famílias no RS ocupam áreas de União na condição de posseiro.

3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste:

A atuação da SR.11 na regularização de imóveis rurais não incluídos no programa Terra Legal, no exercício de 2013, se dá na faixa de fronteira de 150 Km, no caso de ocorrerem situações de áreas rurais sem registro em matrícula e em Glebas que foram desapropriadas pelo INCRA, com objetivo de regularizar a posse dos ocupantes e prevenir conflitos agrários. Existem no RS quatro áreas nesta situação:

MUNICIPIO	IMÓVEL DE ORIGEM	Nº DE IMÓVEIS A SEREM LEGITIMADOS	ÁREA (ha)
São Francisco de Assis	Fazenda Perseverança	120	3.071
Roque Gonzales	Gleba Limeira/Della Justina	84	575
16 de Novembro	Gleba laranjal	116*	1.594
Seberi	Passo dos Pires	60*	723
TOTAL		380	5.963

*numero aproximado pois não ocorreu verificação recente

Na Gleba Limeira/Della Justina já foi realizada a medição dos lotes, sendo que os demais procedimentos estavam sobrestados a espera de marco legal do INCRA, para que se pudesse calcular o valor a ser pago pelos ocupantes, pois a aquisição foi onerosa à União. O referido marco se consubstanciou por meio da Instrução Normativa nº 80 do INCRA, publicada no DOU de 26/05/2014. Em relação à Fazenda Perseverança a medição dos lotes esta concluída, por meio de execução direta do INCRA, faltando apenas ajustes nas plantas.

No ano de 2014 vamos abrir novos processos, já nos termos da IN nº 80, relativos à Gleba Limeira (84) e Fazenda Perseverança (120), caso ocorra disponibilidade financeira e de pessoal, com planejamento de titular os lotes da Gleba Limeira em 2014.

As Terras públicas disponíveis para regularização fundiária pelo INCRA são as quatro Glebas acima citadas e a área arrecadada pelo INCRA relativa a Ilha Torotama (município de Rio Grande/RS).

A Ilha Torotama, com cerca de 800 ha e aproximadamente 500 famílias (incluindo parte urbana) foi arrecadada no ano de 2012, estando planejado para o ano de 2014 a medição georreferenciada dos lotes dos posseiros na área rural e divisão por quadras da parte urbana, para futura regularização via Prefeitura Municipal.

Em relação a grilagem de terras públicas da União, não foram encontradas evidências desta ocorrência, o que se explica pela forma de colonização do Estado do RS. Acompanhamos, porém, as ações de usucapião em áreas rurais, com especial atenção na faixa de fronteira, abrindo processos administrativos a cada notificação por parte do Judiciário, onde verificamos a possível incidência da área usucapienda em assentamentos federais e possíveis áreas Quilombolas, bem como em glebas com área acima de quatro módulos fiscais incidentes em faixa de fronteira, visando identificar possíveis terras devolutas.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	10.000	3.430	53.689,78	47.597,80	41.360,72	41.360,72	6.237,08
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	380	345	91.500,00	84.252,83	74.252,83	74.252,83	10.000,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	45	0	162.950,00	9.293,78	-	-	9.293,78
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	9	9	95.650,32	65.234,25	64.134,25	62.099,03	1.100,00

*Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	0	8.041,50	-	7.488,06	553,44
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	0	11.549,47	-	9.627,71	1.921,76
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	100.000,00	-	-	100.000,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	0	481.186,46	5.178,83	2.875,56	473.132,07

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

211A - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

A área de vistoria e avaliação de imóveis rurais na SR-11 teve uma grande dificuldade de cumprimento de metas no ano de 2013. Na verdade, essa realidade já é presente há pelo menos 4 anos, já que há inúmeros fatores que inviabilizam grande parte das ações. O cumprimento de cerca de 35% da meta (3.430 ha vistoriados) apenas está diretamente relacionado a isso. A busca por novas áreas no Estado é possível, porém há entraves burocráticos que são quase intransponíveis. Como já alertamos dois anos atrás, os mecanismos legais para aquisição de novas áreas são antiquados e não “conversam” com a realidade do mercado. Quando se fala em obtenção de imóveis rurais temos o formato de compra e venda (Decreto 433/92) e também da desapropriação (Lei 8.629/93).

Tanto um quanto o outro mecanismo são de difícil execução para a realidade atual no RS. O Decreto 433/92 tem como forma de pagamento as TDA's, sendo o prazo de pagamento para 5 anos. Ora, quando o mercado paga em até três vezes, sendo boa parte do pagamento a vista, o INCRA fica completamente fora de qualquer negociação, inviabilizando aquisições nesse formato. Com relação a Lei 8.629/93, a desapropriação tem índices estabelecidos no século passado, ou seja, são extremamente desatualizados. A produção agrícola atual chega a ser duas vezes maior que os índices do INCRA. Só para exemplificar, quando falamos da produção de milho no Estado, temos um índice de produtividade, definido na Instrução Normativa 11/2003, de 1.900 kg/ha. Segundo dados da Conab, a produção média de milho no Estado do RS para a safra 2012/2013 será de 5.210 kg/ha, ou seja, temos uma produção média 274% maior do que o índice de produtividade. É uma grande diferença, que por si só inviabiliza qualquer trabalho que possa ser planejado utilizando esse instrumento de obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária.

Levando adiante uma situação hipotética, de que mesmo com os entraves acima elencados consigamos uma área, seja por compra e venda ou desapropriação, esbarramos nos termos da Portaria 07/13 do MDA. Nessa portaria foi estabelecido um limite para o gasto por família nas diversas regiões do país. No caso do RS, foi realizada uma divisão entre Bioma Pampa (R\$ 90.000,00/família) e Bioma Mata Atlântica (R\$ 140.000,00/família). Esses limites são extremamente baixos para a realidade do estado do RS e inviabilizariam os lotes, que ficariam extremamente pequenos, não sendo suficientes para a subsistência das famílias.

É necessário que os meios de obtenção de imóveis rurais sejam atualizados. Como é possível verificar acima, as barreiras são inúmeras. Claro que é possível que outros estados ainda consigam a obtenção de áreas com a estrutura de hoje, porém a grande maioria não. É fundamental que o INCRA se posicione quanto a continuidade da aquisição de imóveis rurais. Se a Autarquia vai continuar atuando nesse sentido, serão necessárias grandes mudanças na estrutura da Divisão de Obtenção.

Enquanto isso não ocorre, continuaremos tentando encontrar imóveis que ultrapassem os obstáculos presentes, seja na visualização detalhada através do Cadastro Rural ou através de vistorias prévias através dos meios digitais (imagens de satélite), evitando assim gastos desnecessários do dinheiro público.

211A - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Nesse tema, é fundamental destacar novamente o processo de seleção de famílias para lotes vagos que ocorre há alguns anos no RS. Novamente essa foi a forma que efetivamente possibilitou a

inclusão de um número significativo de família ao processo da Reforma Agrária. Além da seleção para lotes vagos, também houve o reconhecimento de uma áreas adquirida pelo estado do RS, nas quais, através de Termo de Cooperação Técnica, a Divisão de Obtenção teve participação tanto na avaliação quanto no anteprojeto de parcelamento.

O atingimento de praticamente 100% da meta reflete esse bom trabalho que se está realizando no Estado nesse tema e mostra também como o resultado vai aparecendo quando se dá condições para isso.

A expectativa para o ano de 2014 é de publicação de dois novos editais de seleção de famílias, sendo um até a metade do ano e o outro até o final do ano.

Como esta é praticamente a única forma atualmente utilizada pela SR-11 para a inclusão de beneficiários ao Programa de Reforma Agrária, iremos em busca de maior agilidade nos prazos dos editais de seleção de famílias, principalmente no que diz respeito a publicação dos resultados, que hoje ainda está lenta. De resto, cabe ressaltar a grande eficiência das equipes que até agora trabalharam nesse processo e que continuarão a dar suporte ao tema, viabilizando um procedimento cada vez melhor.

211B - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Não foi realizado pagamento de indenização inicial para imóveis rurais pela SR-11, em virtude das questões descritas acima (ação Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais).

211B - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Não se aplica para a SR-11 no exercício 2013.

211A - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

As principais atividades realizadas em 2013 nesta ação incluem a continuidade de convênio celebrado em exercícios anteriores (implantação de corredor ecológico no refúgio da vida silvestre Banhado dos Pacheco, no projeto de assentamento Viamão, município de Viamão/RS, beneficiando 376 famílias) e a formalização de contrato proveniente de licitação realizada no exercício 2013 (recuperação de jazida de empréstimo de material para estradas no projeto de assentamento Alvorada, município de Júlio de Castilhos/RS, beneficiando 77 famílias).

Afora isto, a SR-11, a exemplo dos anos de 2011 e 2012, continuou empenhando esforços na participação em ações multidisciplinares envolvendo outras instituições que promovem o manejo dos recursos naturais. Destacamos as seguintes iniciativas: a) Termo de Cooperação estabelecido com a CGTEE (Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica), que se encontra em andamento, visando a recuperação de áreas degradadas e a recomposição de mata ciliar em APPs (Áreas de Preservação Permanente) na região da Campanha Gaúcha; b) processo de criação de Unidade de Conservação no município de Candiota; c) cooperação entre o INCRA e o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos para recomposição de mata ciliar em projeto de assentamento junto ao Rio dos Sinos e seus afluentes, que se encontra em fase de conclusão. Há ainda, em fase embrionária, estabelecimento de parceria entre o INCRA e o Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), visando a execução de plantios em projetos de assentamento federais como medida compensatória de obras de melhoria de tráfego em rodovias

federais no RS. Houve ainda a apuração de irregularidades ambientais praticadas no interior de vários projetos de assentamento federais do RS.

Uma outra atividade de destaque nesta ação é a política de apoio à produção de base ecológica de arroz irrigado e o controle do território através de ações desenvolvidas especialmente para as áreas baixas em projetos de assentamento, predominantemente da região sul do RS.

Cabe destacar aqui o CAR (Cadastro Ambiental Rural). Esta importantíssima ferramenta de gestão ambiental foi objeto de várias reuniões conjuntas entre o INCRA e os órgãos ambientais do Governo do Estado, de reuniões do conselho de ATES, capacitação de servidores e encontros com a Coordenação Geral do INCRA/Sede. No entanto, esta ação deverá prosseguir com maior desenvoltura durante o ano de 2014, a partir do lançamento de Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de constituição de GT tendo como objetivo a implantação do CAR e a continuação do processo nas Superintendências Regionais do INCRA.

Em face do conjunto de gargalos que emperram o andamento da ação, houve baixa execução orçamentária no ano de 2013. Como principais gargalos listamos: reduzido quadro de servidores e gestão deficiente da ação. Como estratégia de qualificação da ação elencamos: alteração do modelo de gestão do serviço de meio ambiente incluindo reformatação da relação INCRA/ATES/entidades executoras de políticas ambientais, readequação do quadro de pessoal e implantação do Cadastro Ambiental Rural.

211A - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Foram realizadas diversas ações junto à ATES (Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental do INCRA) para qualificação do processo de licenciamento ambiental das atividades produtivas, bem como internamente junto ao Setor de Infraestrutura da SR-11. No tocante ao licenciamento dos projetos de assentamento, houve um esforço concentrado para protocolo de renovação de 8 (oito) LIOs (Licença de Instalação e Operação) que se encontravam vencidas e solicitação de 1 (uma) LIO de projeto de assentamento que estava com LP (Licença Prévia) expirada.

O advento da Resolução CONAMA nº 458/2013, publicada no DOU em 18/07/2013, alterando o marco legal do licenciamento de projetos de assentamento de reforma agrária (advento do CAR – Cadastro Ambiental Rural), modificou a estratégia de atuação das Superintendências Regionais do INCRA. Neste sentido, se buscou estabelecer uma sala de gestão junto ao órgão ambiental estadual para a readequação dos fluxos de licenciamento, o que se encontra em fase inicial. Esta situação de alteração na legislação ambiental, que se arrasta desde o ano de 2012, é determinante para a situação do licenciamento ambiental dos projetos de assentamento no RS, onde somente 2 (dois) dos 189 (cento e oitenta e nove) projetos de assentamento federais apresentam Licença Ambiental em vigor. As licenças ambientais expiradas não foram renovadas pelo órgão ambiental estadual (FEPAM) em virtude da nova legislação, que ainda aguarda regulamentação e definições operacionais.

Do exercício de 2012 para 2013 houve alteração na unidade de medida da meta. A alteração se deu de "assentamento licenciado" para "licença protocolada". Cabe aqui registrar que esta alteração se deu fundamentalmente em função de fatores tais como a morosidade dos OEMAs (Órgão Ambientais de Meio Ambiente) na análise processual do licenciamento ambiental, a diversidade e complexidade de documentos e condicionantes a serem atendidas pelo empreendedor (INCRA), o diálogo truncado e pesado na relação empreendedor e licenciador e a alteração do marco legal do regramento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

A estratégia para prospecção de novas áreas para a reforma agrária, no caso do Rio Grande do Sul, ficou extremamente prejudicada com a publicação da Portaria MDA 07/2013. Os valores limites estabelecidos para o Rio Grande do Sul, entre R\$ 140.000,00 por família para o Bioma Mata Atlântica e R\$ 90.000,00 por família para o Bioma Pampa, praticamente inviabilizaram a possibilidade de obtenção de terras no RS. Não há forma de se fazer um planejamento mínimo enquanto essa limitação for impeditivo para a finalização da compra ou desapropriação. Os valores das terras no Estado tiveram um aumento significativo nos últimos anos, especialmente em virtude da expansão do agronegócio e o valor das commodities agrícolas (especialmente a soja). Os limites por família necessitariam hoje, no mínimo, serem 70% a 80% superiores. Um levantamento recente feito no Estado demonstra esses números de forma mais enfática, sendo possível afirmar que imóveis desapropriados em 2008 (quando ainda não havia a Portaria MDA 07/2013) não passariam nesse quesito, ou seja, teriam valores por família superiores aos definidos hoje. Com toda a evolução no preço da terra nos últimos 6 anos, a realidade hoje é muito pior. Assim, qualquer tentativa de planejamento esbarra na questão custo por família. O resultado insatisfatório na ação Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, com menos de 50% da meta física cumprida, demonstra que não é viável gastar recursos públicos com diárias e suprimentos sem que haja um mínimo de viabilidade na concretização do objetivo. O planejamento que estabeleceu a meta de 10.000 ha vistoriados em 2013 se deve muito à expectativa de que o Convênio com o Governo do Estado permitisse uma diminuição do custo total e conseqüentemente gerasse uma sensibilização pelo INCRA/Sede para que os valores da Portaria fossem elevados, o que não ocorreu. Perspectiva de novas desapropriações e/ou aquisições giram em torno da atualização desses índices financeiros. Estabelecer lotes de reforma agrária limitados nesses valores seria deixar famílias sem o mínimo de área que viabilizasse a produção nestes lotes.

3.2.3 Considerações sobre a gestão dos valores descontados no exercício referentes às áreas de reserva legal e preservação permanente

Como não houve desapropriação no período, não foi realizado qualquer desconto nas áreas de reserva legal e preservação permanente.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

Não há informações sobre novos imóveis adquiridos na Superintendência, tendo em vista que não foram desapropriados imóveis em 2013.

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

A principal ação que vem sendo executada na SR-11 com o intuito de atendimento do público alvo da Reforma Agrária é a seleção de famílias para lotes vagos. Conforme ocorrem desistências dos beneficiários, os lotes são registrados como vagos e assim colocados à disposição em Edital específico de seleção. A estratégia nesse tema é de que sejam publicados dois editais anuais para seleção de famílias em lotes vagos, possibilitando o preenchimento dessas vagas. Também, nesse ano, fizemos o reconhecimento de um assentamento estadual, adquirido em 2013 pelo Estado do RS, onde tivemos participação nas avaliações a campo e também nos anteprojetos de parcelamento, através de Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e Estado. Deve haver a

sequência desse trabalho nos anos de 2014 e 2015, visando também a troca de experiências entre os profissionais que trabalham na área de avaliação.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

Com relação ao controle do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento, é realizado o acompanhamento e revisão dos dados de execução física inseridos no Módulo de Monitoramento do SIR, com homologação destes dados por parte do Superintendente Regional. Em 2014 se pretende a realização de outros controles que indiquem o estágio intermediário dos processos de obtenção de imóveis, sendo que para tal está sendo implementado um programa simples de controle que visa dar uma maior celeridade na inserção e visualização das informações.

3.2.7 Indicadores

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício }, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	Não houve pagamentos para Obtenção de Terras em 2013
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. = 9 licenças Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. = 0 licenças	0 %
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. = 2 PAs / 189 PAs	1 %

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia na Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos:

- 1) Índice de gastos com Obtenção de Terras: Não houve pagamentos para Obtenção de Terras em 2013, em virtude das dificuldades referidas na descrição da ação 211A - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais (acima).
- 2) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento: Não houve expedição de licenças pelo órgão ambiental estadual em 2013, em virtude do advento da Resolução CONAMA nº 458/2013, publicada no DOU em 18/07/2013, alterando o marco legal do licenciamento de projetos de assentamento de reforma agrária, conforme referido na descrição da ação 211A - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária (acima).
- 3) Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor: A situação de alteração na legislação ambiental, que se arrasta desde o ano de 2012, é determinante para a situação do licenciamento ambiental dos projetos de assentamento no RS, onde somente 2 (dois) dos 189 (cento e oitenta e nove) projetos de assentamento federais apresentam Licença Ambiental em vigor. As licenças ambientais expiradas não foram renovadas pelo órgão ambiental estadual (FEPAM) em virtude da nova legislação, que ainda aguarda regulamentação e definições operacionais.

3.3Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	11.387	0	14.024.276,79	13.961.533,01	6.027.849,54	5.249.783,21	7.933.683,47
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	7.259.000,00	7.199.000,00	-	-	7.199.000,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras iniciadas (famílias)	2.109	7.610	12.170.516,70	12.160.506,99	372.638,90	340.681,16	11.787.868,09
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	1.598	337	1.929.082,53	1.813.818,55	446.262,21	389.393,73	1.367.556,34
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	1.346	90.900,00	85.818,20	73.427,12	73.110,95	12.391,08
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	1.500	1.696	117.900,00	113.682,08	106.535,53	105.263,18	7.146,55
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	63	202	28.000,00	22.442,27	22.442,27	22.442,27	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	1.198	1.305	141.226,92	49.007,38	39.007,38	39.007,38	10.000,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	30	0	191.721,10	185.957,35	43.317,35	43.317,35	142.640,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	630	550	2.215.361,00	2.212.610,95	803.492,45	803.492,45	1.409.118,50
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	50	0	-	-	-	-	-

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	11.387	3.908.856,51	605.084,63	3.284.106,02	19.665,86
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	886	16.179.600,00	6.323.400,00	3.204.400,00	6.651.800,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras iniciadas (famílias)	3.070	23.669.153,56	1.441.130,99	10.639.568,08	11.588.454,49
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	468	2.085.046,34	332.832,87	665.946,81	1.086.266,66
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	17.946,91	-	15.107,96	2.838,95
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	-	-	-	-
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	29	275.480,84	800,00	172.897,22	101.783,63
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	964,68	7,32	624,36	333,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	-	-	-	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	1.002.388,26	13.523,00	946.862,00	42.003,26
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	-	-	-	-

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

210S - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

No final do ano de 2013 houve o encerramento dos contratos de ATES viabilizados através da Concorrência nº 03/2008, que atendia 18 Núcleos Operacionais, que congregam projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA/RS, e da Concorrência nº 03/2009, que teve por objeto a contratação de ATES para famílias assentadas em assentamentos novos da região de São Gabriel. Estas duas Concorrências atendiam 11.011 famílias em 303 PAs, distribuídos em 87 municípios do Estado. A Chamada Pública nº 01/2012, que viabilizou a contratação de empresa prestadora de serviços de ATES para atender o assentamento Viamão, que conta com 376 famílias assentadas, permanece em vigência. O somatório acima corresponde às 11.387 famílias atendidas com ATES em 2013 (todos contratos iniciados em anos anteriores).

Ainda durante o ano de 2013, a SR-11 operacionalizou a Chamada Pública nº 01/2013, com o objetivo de garantir a continuidade da prestação do serviço de ATES às famílias assentadas, sendo que a assinatura dos contratos ocorreu em janeiro/2014. Esta Chamada Pública caracteriza-se por ter sido formulada com uma nova concepção a qual incorporou critérios na composição das equipes técnicas que atuarão junto aos Núcleos Operacionais, contemplando a distância entre os projetos de assentamento, a idade dos mesmos e o número de famílias em situação de pobreza, tendo como base as informações contidas no SIGRA (Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES), o qual conta com informações qualificadas de todas as famílias assentadas no RS.

A Chamada Pública nº 01/2013 e a Chamada Pública nº 01/2012 prevêm o atendimento de 11.334 famílias assentadas em 304 assentamentos, localizados em 84 municípios e organizadas em 20 núcleos operacionais, contando com a atuação de 153 técnicos vinculados a três prestadoras (Coptec, Cetap e Emater). A diferença entre o número de famílias anteriormente atendidas em relação a Chamada Pública 01/2013 referem-se a ajustes realizados na composição dos Núcleos Operacionais e serão fruto de aditivos aos contratos, garantindo a prestação dos serviços de Assistência Técnica a todas as famílias assentadas.

Do ponto de vista orçamentário, os recursos empenhados em 2013 referem-se aos aditivos dos 19 contratos de ATES, do contrato celebrado em virtude da Chamada Pública para o PA Viamão e de recursos para o início das atividades da Chamada Pública 01/2013, razão pela qual parte dos recursos foram inscritos em Restos a Pagar.

Como entraves ao desenvolvimento do programa de ATES, destacamos a carência de recursos humanos para dar conta de todas as atividades inerentes ao acompanhamento dos projetos de assentamento do RS e aos programas de responsabilidade da SR-11.

210S - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ação não realizada pela SR.11 no exercício 2013.

0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Quase a totalidade dos recursos disponibilizados em 2013 foram empenhados para o atendimento da modalidade Apoio Mulher, numa negociação junto ao INCRA/Sede, sendo inscritos em Restos a Pagar no final do exercício. Do montante de recursos empenhados em 2012, a maior parcela foi utilizada na operacionalização da modalidade Apoio Mulher, o que representa 44% dos recursos disponibilizados, beneficiando 394 mulheres. Do restante, 56% foi destinado para aplicação das demais modalidades, sendo 0,6% para o Apoio Inicial, atendendo 5 famílias; 31,4% se refere à modalidade Fomento e 19% à modalidade Adicional Fomento, que juntos remetem ao

cumprimento de uma meta física de aproximadamente 460 famílias; por fim, 5% do recurso atende as modalidades Aquisição e Recuperação Materiais de Construção.

No caso das metas realizadas em 2013, tem-se, então, o atendimento de 886 famílias com recursos financeiros disponibilizados no exercício, cujos recursos orçamentários estavam inscritos em Restos a Pagar do exercício 2012 (anos anteriores). Consideram-se famílias atendidas quando os recursos são depositados nas contas bancárias dos beneficiários do crédito (famílias assentadas), destacando a modalidade do Apoio Mulher, com o atendimento de 394 famílias em 2013, conforme detalhado no parágrafo acima.

O ano de 2013 foi atípico para o Crédito Instalação, sendo que a maior parte das operações, excetuando a modalidade Apoio Mulher, foi realizada somente até o mês de junho, em decorrência da publicação da Portaria INCRA 352/2013, que suspendeu as operações. Efetivamente, após a publicação da Portaria foram efetivadas ações de Apoio Mulher e restabelecidos os casos que estavam contemplados pela referida Portaria, os quais são mínimos frente a demanda necessária para atendimento das famílias no RS.

Os resultados dessas ações focadas no Apoio Mulher remetem ao crescimento da produção familiar, mas principalmente à valorização da mulher agricultora, com a melhoria da sua auto-estima, qualificando as questões de gênero, permitindo que as mulheres também sejam responsáveis pelo retorno econômico e de melhoria da qualidade de vida das famílias, qualificando suas atividades no lote e ampliando sua inserção nas atividades produtivas. Essas ações estão efetivamente ligadas às ações coletivas, buscando realizar empreendimentos em benefícios de toda a comunidade. A maior parte dos investimentos do Apoio Mulher foram utilizados em projetos para o aumento da produção leiteira e o beneficiamento de derivados do leite, hortas, padarias, atividades artesanais, entre outras, refletindo no desenvolvimento conjunto dos projetos de assentamento.

Dentre os problemas de execução, não há como desconsiderar a publicação da Portaria 352/2013 como um complicador relativo às ações que já estavam em operacionalização. Mesmo com a perspectiva de um novo Crédito Instalação, muitas famílias optaram por não esperar os créditos iniciais do INCRA, solicitando o uso direto dos recursos financeiros do PRONAF A. Mesmo as ações restabelecidas são consideradas um problema de execução, pois remete a um re-trabalho para possibilitar o atendimento da demanda (ajuste de projetos, novos orçamentos, entre outros), tanto para o INCRA como para a Assistência Técnica.

Nas modalidades Aquisição e Recuperação Materiais de Construção, desde fevereiro de 2013 as familiares passaram a ser atendidas através do Programa Nacional de Habitação Rural – Minha Casa Minha Vida (PNHR/MCMV). Desta forma, não há novas ações em relação a estas modalidades de crédito e a SR-11 passa a incluir nas suas prioridades de atuação o atendimento do passivo de habitação, que atualmente representa aproximadamente 1.400 unidades habitacionais em execução, incluindo situações restabelecidas pela Portaria 352/2013 e situações que ainda dependem de análise do INCRA/Sede.

Desta forma, as ações relacionadas à construção de moradia passam a ter foco na divulgação, acompanhamento e monitoramento dos empreendimentos realizados pelo PNHR/MCMV. Para este programa, o Rio Grande do Sul apresentou uma demanda de 1.415 casas novas em assentamentos novos ou semi-novos e cerca de 220 reformas para os anos de 2013/2014. Existem atuando nos projetos de assentamento do RS duas Entidades Organizadoras, que atualmente estão realizando o processo de aprovação de projetos junto à instituição financeira (especialmente Caixa Econômica Federal), assinatura de contratos e início de obras. Efetivamente, até dezembro/2013, foram assinados 86 contratos para casas novas, nos projetos de assentamento

Conquista do Caiboaté e Itaguaçu (São Gabriel/RS), Novo Horizonte II (Santa Margarida do Sul/RS), Ibicuí, Sepé Tiarajú III, Herdeiros de Oziel e Banhado Grande II (Santana do Livramento/RS). Desses contratos, 32 casas foram iniciadas no terceiro trimestre de 2013 e estão atualmente em fase de execução.

Para o ano de 2013, com foco em obter maior êxito da capacidade operacional do Setor de Crédito do INCRA, procurou-se a estruturação do setor focando basicamente o acompanhamento da aplicação conjunta das modalidades Fomento e Adicional Fomento, operacionalizados ainda em 2012, e a operacionalização do Apoio Mulher. De qualquer forma, as demais ações e atividades do setor ficaram prejudicada, como por exemplo o saneamento e encerramento dos processos, entre outras atividades, em função da quantidade insuficiente de servidores para atendimento da demanda (atualmente o Setor de Crédito conta com 1 servidor de carreira, 1 servidor DAS, 2 terceirizadas e 2 estagiários). Esses fatores, entre outros, acabam por reduzir a capacidade de atuação do setor, uma vez que não é possível atender as famílias na urgência necessária. Desta forma, a atuação se dá por identificação de prioridades e, no caso da SR-11, esta prioridade foi dada na aplicação da modalidade Apoio Mulher, bem como a aplicação conjunta das modalidades Fomento e Adicional Fomento na região de São Gabriel, onde estão localizados 12 assentamentos considerados novos.

Mesmo não tendo alterações significativas na equipe de trabalho, a execução da meta estabelecida para a SR-11 em 2013, além da rotina existente na SR na liberação do Crédito Instalação em todas as suas modalidades, está diretamente relacionada ao compromisso desta Superintendência Regional no fortalecimento da equipe para a supervisão, fiscalização e acompanhamento da aplicação de todos os créditos e do PNHR/MVMC.

211A - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

A meta referente ao exercício de 2013 foi amplamente superada pela SR-11 (7.610 famílias atendidas com obras contratadas no exercício, além de 3.070 atendidas com obras em andamento contratadas em anos anteriores), considerando-se que todas as ações previstas pela Superintendência Regional foram realizadas através de licitação ou conveniadas ainda no exercício 2013. Entretanto, a grande maioria destas obras não iniciaram no exercício, devido ao fato de que a maior parte do orçamento foi disponibilizada apenas no final do ano, produzindo assim uma grande quantidade de recursos inscritos em Restos a Pagar. Cabe ressaltar que o mesmo ocorreu em exercícios anteriores, gerando assim um volume total de recursos, incluindo o exercício de 2013, de aproximadamente R\$ 23,3 milhões em Restos a Pagar.

Do ponto de vista da infraestrutura viária, a mesma possui uma grande quantidade de convênios de manutenção de estradas que ainda estão em andamento, proveniente de exercícios anteriores, bem como os contratos de implantação de estradas nos projetos de assentamento dos municípios de São Gabriel, Alegrete e Viamão. Em 2013 foram celebrados quatro novos convênios com municípios para recuperação de estradas vicinais, além de cinco termos de compromisso com municípios e consórcio de municípios das regiões de abrangências dos Territórios da Cidadania. Foram também contratadas obras de recuperação/implantação de estradas através de licitações realizadas diretamente pela SR-11, incluindo projetos de assentamento dos municípios de São Gabriel, Santana do Livramento, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, São Luiz Gonzaga, Bossoroca e São Nicolau. Também foram contratados projetos executivos de pontes de concreto visando atender futuras contratações de obras em Santana do Livramento.

No que tange ao abastecimento de água, foram descentralizados recursos para o termo de cooperação com a CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), parceria de longa data estabelecida com o INCRA para perfuração de poços e realização de diagnósticos, além da

contratação de projetos de redes de abastecimento de água em 60 projetos de assentamento. Também foi realizado um convênio entre o INCRA/RS e a SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado) visando a implantação de redes de abastecimento de água em 30 projetos de assentamento, com recursos provenientes do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social).

Em 2013 foram concluídas obras que atenderam 175 famílias, todas referentes a exercícios anteriores. Neste sentido, se evidencia que os maiores atrasos na execução das obras têm ocorrido, principalmente, nas obras que foram conveniadas com as prefeituras. Via de regra, tais obras tem se mostrado de execução mais lenta em relação à execução direta do INCRA/RS, principalmente considerando que as prefeituras, muitas vezes, acabam possuindo pendências no CAUC em épocas de liberação de parcelas. Tal fato tem gerado um passivo grande de convênios em andamento, o que está sobrecarregando a capacidade operacional do Setor de Engenharia da SR-11.

A ação de Infraestrutura está conectada com as novas diretrizes do INCRA, que visam a qualificação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, bem como a integração com os programas Minha Casa Minha Vida e Plano Brasil sem Miséria. No que tange ao acesso a água, a SR-11 tem se demonstrado pioneira na busca de parcerias para realização desta ação, tais como em parceria com a FUNASA e o Programa Água para Todos (Ministério da Integração Nacional, através de convênio com o Governo do Estado), e agora mais recentemente através de um novo convênio com a SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado) com recursos do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) visando a execução de obras de redes de abastecimento em projetos de assentamento.

A meta para o próximo exercício deverá compor principalmente a implantação de estradas em projetos de assentamento de São Gabriel e Santana do Livramento, através de licitação direta pelo INCRA/RS, procurando atender a demanda do programa Minha Casa Minha Vida, além de outras demandas prioritárias que forem diagnósticas, dependendo da quantidade de recursos disponíveis e capacidade operacional do SR-11.

211A - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

A meta referente ao exercício de 2013 (1.598 famílias atendidas a partir do recebimento provisório ou definitivo de obras e serviços) não foi totalmente atendida, considerando que foram concluídas iniciativas que contemplaram 337 famílias (iniciadas em 2013) e outras 468 famílias (iniciadas em exercícios anteriores), totalizando 805 famílias atendidas. Entretanto, em 2013 foram contratadas obras/serviços que contemplam outras 1.293 famílias (além das 337 contratadas e concluídas), totalizando 1.630 famílias contempladas com ações iniciadas no exercício. Entretanto, a maioria destas ações estão em fase inicial, devido ao fato de que a maior parte do orçamento foi disponibilizada apenas no final do ano, produzindo assim uma grande quantidade de recursos inscritos em Restos a Pagar. Cabe ressaltar que o mesmo ocorreu em exercícios anteriores, gerando assim um volume total de recursos, incluindo o exercício de 2013, de aproximadamente R\$ 2,45 milhões em Restos a Pagar.

As iniciativas que resultaram no atendimento das 337 famílias em 2013 foram a contratação do transporte de arroz orgânico, a realização de curso para feirantes e a viabilização da feira de sementes crioulas em Canguçu.

Assim como na ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento (descrita acima), os maiores atrasos na execução das obras têm ocorrido naquelas que foram conveniadas com as prefeituras. Via de regra, tais obras tem se mostrado de execução mais lenta em relação à execução direta do INCRA/RS, principalmente considerando que as prefeituras,

muitas vezes, acabam possuindo pendências no CAUC em épocas de liberação de parcelas e, muitas vezes, demoram até o saneamento das mesmas.

No presente exercício foram priorizadas a aquisição de equipamentos através de licitação. Foram comprados equipamentos para continuidade do programa de Feiras de Abastecimento Popular da Reforma Agrária (incluindo bancas, balanças, caixas, entre outros) e equipamentos para implantação de uma unidade de beneficiamento de vegetais no projeto de assentamento Viamão, além da instalação de dois silos metálicos para armazenagem de arroz orgânico no projeto de assentamento Santa Maria do Ibicuí. Também foram contratadas, através de Chamamento Público no SICONV, cursos de capacitação para beneficiários do Programa Terra Sol, visando a qualificação dos empreendimentos já executados ou em execução.

A ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol, tem buscado atender a um maior número de famílias através de projetos que demandem um volume menor de recursos, bem como estejam ligados aos programas institucionais PAA e PNAE, além de procurar complementar ou completar investimentos de outros programas, como o Programa Terra Forte. Para o próximo exercício, as metas deverão estar de acordo com estas diretrizes, bem como dependerão da disponibilidade de recursos orçamentários e capacidade operacional da SR-11.

211A - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

A meta estabelecida de atendimento às famílias está vinculada as ações de fiscalização e acompanhamento do crédito instalação, bem como atividades de orientação e capacitação dos beneficiários e das equipes técnicas. Destaca-se nestas metas a intensificação de ações de fiscalização das operações relativa às modalidades Fomento e Adicional Fomento, acompanhamento das obras em execução referentes ao passivo de habitação, incluindo o monitoramento e acompanhamento das ações relativas ao PNHR/MCMV. A maior parte dessas ações está localizada na região de São Gabriel, Fronteira Oeste e Missões do RS, onde se concentram os projetos de assentamento incluídos no Plano Brasil sem Miséria e PNHR/MCMV, o que conversa com as diretrizes estratégicas do INCRA. Complementam o atendimento a essas metas, ações de orientação e acompanhamento das atividades do crédito Apoio Mulher, incluindo atendimento e reuniões com grupos de mulheres e atendimento às equipes técnicas, sendo que a região com maior supervisão desta modalidade de crédito é a região metropolitana, na qual temos aproximadamente 460 mulheres sendo beneficiadas, sendo que outras 103 mulheres estão sendo beneficiadas no restante do Estado. Importante destacar que esses números se referem inclusive aos projetos em andamento.

Os resultados dessas ações estão diretamente ligados ao comprometimento desta Superintendência Regional em garantir a correta aplicação e uso do recurso público, bem como proporcionar maior inclusão social e produtiva às famílias assentadas. O atendimento das metas descritas, além da rotina existente na SR na liberação do crédito instalação em todas as suas modalidades, está diretamente relacionada ao compromisso no fortalecimento da equipe para a supervisão, fiscalização e acompanhamento da aplicação do crédito instalação, isso atrelado ao processo de planejamento estabelecido na Divisão de Desenvolvimento em todos os setores, sempre otimizando recursos sem deixar de atender o planejado.

211A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

A meta prevista para atendimento às famílias foi superada em aproximadamente 13% em relação à meta estabelecida. A meta atingida está vinculada as ações de fiscalização e

acompanhamento dos assentamentos. Destaca-se nestas metas a priorização das ações relacionadas nos projetos de assentamentos incluídos na Rota Brasil Sem Miséria e Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Além dos 16 projetos de assentamentos localizados nos municípios incluídos no MCMV (São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Alegrete, São Francisco de Assis, Manoel Viana e Santana do Livramento), que tiveram todos os lotes vistoriados visando produzir uma relação de beneficiários (RB) atualizada, também foram realizadas vistorias em assentamentos nos municípios de Eldorado do Sul e Jóia. Outra estratégia adotada em projetos de todo o RS foi a supervisão ocupacional em lotes com indícios de vacância ou abandonado, se utilizando de diversas fontes de informações para este fim (ATES, coordenação dos assentamentos, entre outras).

Quanto ao quadro de servidores na função de supervisores regionais de assentamentos, no final de 2013 foi reduzido de dez para sete servidores, em função de doença e transferência para outros estados. Este quadro não tem perspectiva de mudança para 2014, necessitando ser repensada a estratégia a ser adotada tanto para manter uma rotina de vistorias quanto o atendimento de demandas específicas e pontuais que surgem crescendo a meta inicialmente planejada.

Os resultados dessas ações remetem não apenas a correta aplicação e uso do recurso público, mas a manutenção de uma política de controle ocupacional visando coibir irregularidades e manutenção do processo de seleção de famílias através de editais públicos adotados desde 2009 pela Superintendência.

211A - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

A ação Demarcação Topográfica deve ser analisada sobre dois aspectos distintos: os procedimentos licitados e a execução direta. É indispensável a licitação em virtude da demanda e a força de trabalho da instituição.

Quanto ao executado diretamente, os técnicos do INCRA fazem os levantamentos em diversos assentamentos, tanto de perímetro de área quanto de demarcação de lotes, com início e conclusão da tarefa, no geral, no mesmo exercício. Em 2013 foram atendidas 202 famílias através de execução direta, através da medição de perímetro dos projetos de assentamento Fazenda São Pedro e Madre Terra. Também, foi finalizada a medição do perímetro do projeto de assentamento Seguidores de Natalino, contemplando 29 famílias (ação iniciada em anos anteriores). Na demarcação de lotes, foram iniciados os trabalhos em 2 projetos de assentamento (Fazenda São Pedro e Estancinha II).

Na execução indireta, os lançamentos são efetuados na conclusão dos trabalhos, e como são procedimentos demorados em virtude de levantamentos de campo e produção de peças técnicas em conformidade com normativos, e que neste período houve alteração, tivemos um retardo na conclusão. Um contrato formalizado em 2012 está em fase de finalização, resultando no atendimento de 299 famílias. No ano de 2013 foi contratada a execução da demarcação dos lotes de mais 4 projetos de assentamentos (Fazenda Santa Helena/Barra, Itapuí/Meridional, Cristo Rei e Madre Terra), beneficiando 416 famílias (que acrescidas às 106 famílias com execução direta, totaliza o montante de 522 famílias em 6 projetos de assentamentos atendidas na ação).

Cabe ressaltar que para a execução desta ação foram utilizados recursos da ação 210U - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional, do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária, em virtude da reduzida disponibilidade de recursos na ação Demarcação Topográfica em nível nacional para atender as demandas das Superintendências Regionais.

211A - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

A meta de titulação foi superada por que, conceitualmente, o INCRA considera como títulos a emissão de Contratos de Concessão de Uso (CCUs), documento que formaliza a relação entre os beneficiários da Reforma Agrária com o INCRA, além de cessões e concessões de áreas coletivas. Títulos de Domínio (ou títulos de propriedade, em sentido estrito) não são emitidos pela SR-11 desde 2007. Houve em 2013 atividades relacionadas ao tema, como emissões de certidão de quitação de títulos de lotes de assentamentos e de ofícios de liberação das cláusulas resolutivas. Outra atividade bastante recorrente nesta meta refere-se aos processos de destinação de bens imóveis, sendo que parte das demandas foi para atender solicitações de cessão de áreas para cooperativas incluídas no programa Terra Forte, para construção de agroindústrias, além do atendimento de demandas do Governo do Estado e prefeituras municipais para construção de escolas rurais, postos de saúde e centros comunitários nos assentamentos, entre outras obras.

Com relação ao plano para emancipação dos assentamentos vintenários (21 projetos de assentamento), as atividades foram focadas na adequação documental das áreas e reuniões preparatórias e de esclarecimento nos projetos de assentamento Santa Tecla, Cerro dos Munhoz, Trindade e Fazenda São Pedro. Ressaltamos que as atividades de atualização ocupacional destes assentamentos foram prejudicadas por cortes no orçamento realizados no segundo semestre, quando estava planejada a execução destas atividades.

Para o andamento da ação ainda persistem as dificuldades de definições sobre as pendências judiciais (domínio do imóvel), poucos recursos para georreferenciamento (no final de 2013 foi licitado o georreferenciamento de somente dois projetos de assentamento incluídos no plano para emancipação – Fazenda Santa Helena/Barra, em São Miguel das Missões, e Itapuí/Meridional, em Nova Santa Rita) e falta de rotinas administrativas definidas para doação da infraestrutura.

Também faz parte desta ação a retomada de lotes, através de uma ação complexa do INCRA, que passa pela criação de comissões de inquérito ou sindicância nos casos de irregularidades mais complexas, a decisão administrativa, o ingresso de ação judicial e a consequente decisão quanto à reintegração de posse dos lotes. Esta tem sido uma ação prioritária da SR-11, visando o cumprimento da missão institucional e moralização do Programa de Reforma Agrária no Estado. Trata-se de uma ação desgastante e morosa, tendo em vista todos os trâmites administrativos e legais necessários para a conclusão de cada processo.

210T - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

Os recursos utilizados nesta ação em 2013 atenderam o curso Técnico em Agroindústria – INCRA/IPE-Campo/IFES Sertão (Nível Médio, 30 educandos), que tem relação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entretanto, não foi computada meta nesta ação, sendo que a mesma foi considerada na ação Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária (abaixo descrita).

210T - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

O PRONERA é considerada uma ação continuada, sendo que para a meta referente à execução com o orçamento do exercício são contabilizadas todas as famílias com atendimento realizado, independente de conclusão no ano em curso. A meta prevista para 2013 foi de 630 educandos, sendo que a mesma atingiu 550 educandos (285 Nível Médio e 265 Nível Superior), através da continuidade de 7 convênios de anos anteriores e 4 novos convênios celebrados em 2013.

Dentre os 7 convênios de anos anteriores, 1 foi concluído em 2013: Técnico em Administração em Cooperativas/Turma XII – INCRA/IPE-Campo (Nível Médio, 50 educandos). Os outros convênios que continuam em execução são: 1) Técnico em Agropecuária/Agroecologia/Turma IV – INCRA/Instituto Educar/IFES Sertão (Nível Médio, 55 educandos); 2) Técnico em Administração em Cooperativas/Turma XIII – INCRA/IPE-Campo (Nível Médio, 50 educandos); 3) Técnico em Agroindústria – INCRA/IPE-Campo/IFES Sertão (Nível Médio, 30 educandos); 4) Técnico em Agropecuária Integrado/Turma V – INCRA/Instituto Educar (Nível Médio, 50 educandos); 5) Medicina Veterinária/Turma I – INCRA/Fundação Simon Bolívar/UFPEL (Nível Superior, 60 educandos); 6) Medicina Veterinária/Turma II – INCRA/Fundação Simon Bolívar/UFPEL (Nível Superior, 60 educandos).

Os 4 novos convênios de 2013 ocorreram em decorrência da realização de Chamada Pública do PRONERA, realizada pela Coordenação Nacional do Programa: 1) Técnico em Administração em Cooperativas/Turma XIV – INCRA/IPE-Campo (Nível Médio, 50 educandos); 2) Licenciatura em História – INCRA/Itterra (Nível Superior, 50 educandos); 3) Tecnólogo em Agropecuária – INCRA/URI (Nível Superior, 40 educandos); 4) Agronomia – INCRA/Instituto Educar (Nível Superior, 55 educandos).

O PRONERA/RS possui membro efetivo do Comitê Estadual do PRONATEC Campo, instalado em outubro de 2012, ação que faz parte das diretrizes estratégicas do INCRA para 2013-2014.

Os recursos recebidos foram empenhados quase na totalidade, visando atender os convênios acima citados. Em relação aos recursos empenhados não liquidados, os quais foram inscritos em Restos a Pagar, grande parte refere-se a convênios formalizados em dezembro/2013, com trâmites burocráticos pendentes, cujos cronogramas de desembolso prevêm o pagamento da primeira parcela a partir de janeiro de 2014.

Ressalta-se que com a mudança de trâmite dos convênios novos, a partir da realização das Chamadas Públicas pelo INCRA/Sede, a maior parte da instrução processual e toda a análise jurídica é realizada em Brasília/DF, fazendo com que a participação da SR.11 se dê após a formalização do instrumento, visando o acompanhamento e fiscalização das ações.

A crescente demanda pelos cursos do PRONERA se deve à complexa realidade do campo, na qual os cursos oferecidos têm como objetivo contribuir para promoção do desenvolvimento rural sustentável dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária. O PRONERA vem contribuindo com a qualificação dos projetos de assentamentos, pois forma e capacita jovens e adultos, tornando-os aptos a trabalharem em seus lotes e atuarem na assistência técnica e nas mais diversas áreas que a Reforma Agrária requer, com isso agregando valor aos produtos oriundos do campo, qualificando e contribuindo para a geração de renda às famílias assentadas e fortalecendo a fixação destas nas áreas rurais.

210T - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Ação não realizada na SR-11 em 2013.

3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

A SR-11 realiza ações de campo nos projetos de assentamento do Estado, porém não há uma ação específica de visitas técnicas e vistorias para o acompanhamento da situação da infraestrutura básica. A ação dos Engenheiros Civis da Divisão de Desenvolvimento – Serviço de Infraestrutura se dá de forma direcionada, após a definição das prioridades de atuação, seja para elaboração de projetos ou acompanhamento e fiscalização das obras em andamento (convênios e contratos).

É importante destacar que as demandas de infraestrutura geralmente são apresentadas ao INCRA/RS através dos próprios projetos de assentamento e suas organizações, além das Prefeituras Municipais.

O acompanhamento e o diagnóstico das famílias assentadas é realizado pelos técnicos do Programa de ATES (Assistência Técnica, Social e Ambiental), contratada pelo INCRA/RS para a quase totalidade dos projetos de assentamento do Estado. Dentro do Programa de ATES, desde 2012 é realizado um levantamento da situação de cada família assentada (forma censitária), incluindo a situação da infraestrutura básica (estradas, água e luz). Este levantamento (diagnóstico) é atualizado anualmente pelas equipes técnicas de ATES e é sistematizado através do sistema SIGRA (Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria, dentro de um Termo de Cooperação desta com o INCRA. Portanto, a SR-11 possui um diagnóstico de cada núcleo operacional de ATES, através das informações declaradas no SIGRA, devendo as mesmas auxiliarem na composição das estratégias de ação da Superintendência Regional, visando a consolidação e emancipação dos projetos de assentamento.

Está para ser implantado também um diagnóstico nacional sobre as demandas de infraestrutura nos projetos de assentamentos de todo o país, visando a unificação de critérios e sistematização dos resultados para subsidiar o planejamento das ações nesta área. Este processo está em curso e deverá ocorrer no ano de 2014.

De maneira geral, o déficit de infraestrutura vem sendo enfrentado através da celebração de convênios com municípios e Governo do Estado, licitações realizadas diretamente pela SR-11, parcerias, termos de cooperação ou mesmo programas de outros órgãos do Governo Federal.

Neste sentido, considerando as demandas e diagnósticos das regiões, a tendência é que em 2014 sejam priorizadas licitações de obras em áreas de grande concentração de projetos de assentamento e que ainda possuem demanda de implantação de estradas, principalmente nos municípios de São Gabriel e Santana do Livramento, considerando também que tais regiões tem uma grande demanda referente a implantação de casas através do programa Minha Casa Minha Vida. Também, deverão ser contratados novos projetos de redes de abastecimento de água, visando termos um banco de projetos com todos os projetos de assentamento que possuam tal demanda, visando atendê-las futuramente, através de parcerias ou com recursos próprios do orçamento do INCRA, bem como a manutenção do Termo de Cooperação com a CPRM.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

A estratégia adotada na supervisão ocupacional de lotes nos projetos de assentamento partiu da priorização dos assentamentos incluídos no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), localizados na Fronteira Oeste, gerando relação de beneficiários (RBs) atualizadas e precisas, juntamente com ações pontuais em todos os projetos federais localizados nos demais municípios do

estado. Para isto, partiu-se de controles como o SAMA, o SISREG e informações obtidas através de denúncias, proporcionando o controle ocupacional necessário. Chegou-se inclusive a superar a meta proposta em 13%, que já era ambiciosa (18% de todos os lotes em assentamentos) considerando-se o reduzido quadro efetivo de servidores (oito em dezembro de 2013).

Esta ação se fortalece na medida que na SR.11 existe um processo de seleção de famílias para lotes vagos, através de editais públicos, para onde são direcionados todos estes lotes. Em 2013 foram 131 lotes com processo de seleção através deste procedimento. A adoção deste procedimento, hoje assimilado pelas famílias nos assentamentos e candidatos, além de atender princípios constitucionais com legalidade, impessoalidade e transparência, age como um freio às ocupações irregulares, pois há interesse das comunidades de colocar seus candidatos nos lote vagos, fazendo assim chegar à Superintendência a informação de forma ágil, zelando para que o lote não seja ocupado indevidamente.

Apesar destas iniciativas, há mais de 100 processos de retomada de lotes em projetos de assentamento diversos de todo o RS, com processos ajuizados para desocupação judicial em diferentes fases. Em 2013 se tratou em torno de 400 lotes com irregularidades diversas, seja ocupação irregular, compra de lote, troca não autorizada, arrendamento, praticas nocivas ao meio ambiente, perturbação da ordem, entre outras. Este é um número variável mas que tem se mantido estável nos últimos anos. A avaliação, se compararmos com alguns anos atrás, é bem positiva, pois partiu-se de um quadro de 1.200 lotes irregulares em 2008 e, através de ações firmes de combate a irregularidades acrescidas da instalação de um processo de seleção público, tem se conseguido manter os índices de irregularidades em níveis aceitáveis. A ação poderia ter resultados mais satisfatórios na medida em que houvessem mais recursos operacionais disponíveis e mais servidores para as atividades necessárias.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

À Divisão de Desenvolvimento compete coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar e atuar nos programas relacionados às ações voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamento. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como promover a recuperação e consolidação dos projetos da Reforma Agrária.

Dentre as principais estratégias visando a consolidação dos projetos de assentamento podemos citar os crescentes investimentos em Infraestrutura básica, tanto com recursos do INCRA, quanto de outros órgãos. Aliado a tal pensamento também podemos considerar a qualificação do programa de ATES, que contempla quase a totalidade dos projetos de assentamento do RS, bem como a inserção produtiva nos programas institucionais (PAA e PNAE), além dos investimentos das ações do Programa Terra Sol e Terra Forte.

Também podemos considerar nesta linha a nova normativa do Crédito, publicada no final de 2013, prevendo a remissão e a renegociação de dívidas antigas. Outro fator importante é a nova política habitacional, com o ingresso dos projetos de assentamento no Programa Minha Casa Minha Vida, ampliando o valor para construção das habitações.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

A Divisão de Desenvolvimento da SR-11 possui um grupo de gestão composto pelo Chefe da Divisão, Chefes de Serviços e coordenadores das áreas, visando o compartilhamento da gestão e definição e acompanhamento das ações estratégicas da divisão.

Também existem instrumentos de controle das ações através de planilhas, e em alguns casos através de sistemas específicos, tais como o SISREG (sistema de controle das ações de regularização dos lotes dos projetos de assentamento), o SAMA (sistema de monitoramento do Programa de ATES) e o SIGRA (sistema de gestão rural dos projetos de assentamento). Está para ser implantado também um sistema informatizado para o acompanhamento da ação de Infraestrutura. Também, há o acompanhamento mensal das metas físicas das ações da Divisão, a partir da alimentação do Módulo de Monitoramento do SIR. A gestão da Divisão de Desenvolvimento está alinhada com as estratégias definidas pela direção, bem como a regularidade normativa dos processos.

3.3.6 Indicadores

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR. = 0 famílias	0 %
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229. = 345 famílias	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento. = 281 PAs	83 %
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227. = 337 PAs	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR. = 43 casas	12 %
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233. = 345 famílias	

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	Sem informação oficial
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR. = 11.387 famílias	91 %
				Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013. = 12.565 famílias	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR. = 1.696 / 8.441 parcelas	20 %
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	Ação não realizada pela UJ em 2013

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela SR.11 na área de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento:

1) Índice de acesso à água para consumo doméstico: embora o índice de acesso à água para consumo doméstico esteja zerado, o mesmo não corresponde às ações que vem sendo realizadas pela SR-11, visando o abastecimento de água. Desde 2007 a SR-11 possui termo de cooperação com a CPRM, visando diagnosticar poços existente para sua recuperação, bem como a implantação de outros poços artesianos necessários para viabilização do abastecimento de água.

Outra ação importante que a SR-11 tem realizado é a contratação de projetos (desde 2009 já foram contratados 160 projetos de redes de distribuição de água para projetos de assentamento do RS), sendo que 90 deles já estão com recursos garantidos para obras através da FUNASA, Ministério da Integração Nacional (Programa Água Para Todos) e Ministério do Desenvolvimento Social (Programa Segunda Água). Inclusive, muitas destas obras já foram contratadas e devem iniciar em 2014. Neste sentido, as obras não tem sido realizadas com recursos diretos do INCRA, porém a SR-11 tem trabalhado conjuntamente com outros órgãos para viabilizar tais obras.

A meta para o exercício de 2014 é contratar mais projetos de redes de água, visando a manutenção de um banco de projetos para captação de recursos de outros órgãos para execução futura das obras.

2) Índice de provimento de PDA/PRA: o atingimento do índice de 84% de projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA, demonstra a universalização do Programa de Assistência Técnica (ATES) nos projetos de assentamento no RS, bem como o esforço da SR-11 em qualificar cada vez mais tal programa.

3) Índice de acesso à moradia nos assentamentos: ocorreu uma redução no índice em comparação com o exercício de 2012 (12% x 39%), entretanto, cabe ressaltar que em 2013 ocorreu uma alteração na forma de atuação no INCRA em relação à habitação rural. O crédito instalação modalidade habitação foi suspenso, sendo toda demanda de habitação canalizada para o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), não sendo mais utilizado orçamento do INCRA para tal finalidade.

Dessa forma, em 2014 se espera que o MCMV se desenvolva com maior intensidade e agilidade, redundando em uma redução do passivo de casas a serem construídas nos projetos de assentamento do RS.

4) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção: apesar de oficialmente não ser possível identificar o número de PRONAF contratado especificamente para o publico assentado da Reforma Agrária, pois as informações que estão sendo encaminhadas pelo Banco Central ao MDA não permitem tal segregação, informações extra oficiais do Banco do Brasil do RS demonstram que o número de contratos de PRONAF emitidos para agricultores assentados reduziu em comparação a 2012, passando de 1.360 para 941 contratos emitidos. Tal redução pode ser considerada normal, uma vez que o acesso a esta linha e crédito depende antes do acesso e aplicação do crédito instalação do INCRA.

5) Índice de provimento de Assistência Técnica: o índice se manteve constante, uma vez que a cobertura de ATES já contemplava a totalidade dos projetos de assentamento que estão em processo de consolidação. Em 2013 ocorreu nova licitação em todos os núcleos operacionais de ATES, em virtude do vencimento dos contratos das prestadoras, o que possibilitará a continuidade no atendimento de todos os projetos de assentamento já contemplados a partir de 2014.

6) Índice de Parcelas Supervisionadas: neste índice ocorreu um crescimento em relação ao ano anterior, passando o mesmo de 7% para 20%, demonstrando um crescimento na fiscalização de

irregularidades nos projetos de assentamento, bem como o fortalecimento da política de editais para seleção de beneficiários a lotes vagos. Entretanto, o mesmo é dependente da quantidade de recursos orçamentários destinados para tal ação.

7) Índice de consolidação de assentamentos: ação não realizada pela SR.11 em 2013, pois há uma lacuna nas orientações a partir do INCRA/Sede e nas normativas sobre o assunto.

3.3.70 Programa de ATES nos projetos de assentamento do RS

Conforme relatado na descrição da ação 210S - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária (acima), foram atendidas 11.387 famílias com ATES em 2013 (todos contratos iniciados em anos anteriores). Nova Chamada Pública foi realizada em 2013, com efeitos a partir de 2014, o que contemplará 11.334 famílias assentadas em 304 assentamentos, localizados em 84 municípios e organizadas em 20 núcleos operacionais, contando com a atuação de 153 técnicos vinculados a três prestadoras (Coptec, Cetap e Emater). O custo desta ação no RS, a partir desta nova Chamada Pública, atingirá o montante de R\$ 14,3 milhões por ano, num custo médio de cerca de R\$ 1.200,00/família atendida/ano, valor que está coerente com o custo estabelecido pela Coordenação Nacional de ATES para a ação.

Na Chamada Pública de 2013 foram incorporados novos conceitos ao trabalho da ATES. A idade dos projetos de assentamento guarda uma forte relação com seus estágios de desenvolvimento e de consolidação produtiva. Desta forma, os projetos de assentamento mais novos apresentam uma demanda maior pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, com foco para maior quantidade de ações individuais e de organização produtiva das famílias, focadas para viabilizar o acesso das famílias à infraestrutura social básica, elaboração de projetos de acesso aos créditos iniciais com o devido acompanhamento e apoio para a inserção e estruturação produtiva das famílias. Para os assentamentos mais velhos e já estruturados, as demandas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural estão voltadas para o desenvolvimento maior de ações coletivas, e menor de ações individuais. Os projetos de assentamento com idade intermediária possuem boa parte dos problemas estruturais resolvidos e vivem a fase de planejamento e organização produtiva, inserção aos mercados e consolidação de alguns sistemas produtivos.

Outro aspecto que merece destaque é o desafio de redução da pobreza nos assentamentos e, com base nas informações contidas no Cadastro Único do MDS, temos atualmente cerca de 3.350 famílias nos projetos de assentamento do RS em situação de pobreza, recebendo auxílio governamental (Bolsa Família). Como a maioria destas famílias não participam das dinâmicas organizativas locais/regionais existentes e, portanto, acabam ficando isoladas em seus lotes, o redimensionamento das equipes para as novas chamadas públicas incluiu critérios de composição, havendo maior atenção para atendimento das famílias mais empobrecidas.

Nesta mesma esteira dos esforços de enfrentamento da pobreza, está em execução um projeto de inclusão e estruturação produtiva para cerca de 2.540 famílias assentadas em situação de pobreza. Resultante de uma parceria entre o INCRA, o MDS e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o projeto prevê o fornecimento de um “Kit de estruturação produtiva agroecológica” para cada família, e o acompanhamento efetivo pelas equipes de ATES, que são responsáveis pelo assessoramento técnico e social, bem como a realização de atividades de formação, motivação e inclusão social e produtiva das famílias, a partir das diferentes dinâmicas organizativas existentes nas regiões onde estão localizadas.

Além dos esforços de redução da pobreza nos assentamentos e dentro de uma perspectiva de desenvolvimento territorial, também há um envolvimento efetivo das ATES no conjunto de ações voltadas ao fortalecimento e consolidação dos sistemas produtivos atualmente existentes nos assentamentos. O assessoramento técnico para as cooperativas e demais estruturas organizativas ligadas à reforma agrária, bem como o apoio para os estabelecimentos agroindústrias existentes e em implantação e para ampliar a inserção dos assentamentos nos mercados institucionais, também se constituem como diretrizes estratégicas para a atuação das equipes nos próximos anos.

As distâncias percorridas entre a sede dos Núcleos Operacionais e os assentamentos, aliados a qualidade das estradas de acesso, são bastante distintas entre os diferentes Núcleos Operacionais, fato este que acaba gerando diferenças significativas no tempo de horas técnicas disponíveis para o trabalho efetivo junto às famílias assentadas. Desta forma, aplicou-se um fator de correção para reduzir as desigualdades regionais gerados pelas distâncias médias percorridas pelos técnicos para chegar aos assentamentos e compensar o número de horas técnicas efetivamente disponíveis para ações de ATES junto às famílias assentadas.

Considerando a dinâmica da utilização dos contratos, o INCRA tem se organizado para dar conta das ações administrativas e de acompanhamento e fiscalização de todos os Núcleos Operacionais, inclusive com a incorporação de mais dois servidores à equipe de ATES da Superintendência em 2013. Este processo é realizado de forma contínua (mês a mês), com a seguinte seqüência de procedimentos: 1) apresentação das faturas mensais pelas prestadoras; 2) monitoramento das ações inseridas no sistema e emissão do relatório de atividades do SAMA (Sistema de Avaliação e Monitoramento de ATES), onde é avaliado o cumprimento das metas pactuadas no contrato pelas prestadoras no referido mês; 3) realização de atividades de fiscalização a campo pelos fiscais e pelos gestores dos contratos, por amostragem; 4) verificação da situação cadastral das prestadoras, através do extrato SICAF. Com isto, entendemos que o INCRA/RS está realizando todos os esforços para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos de ATES, visando avaliar quantitativamente e qualitativamente as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas nos assentamentos, apesar da deficiência de servidores de campo em seus quadros.

Além da ação direta do INCRA, contamos desde o início das atividades de ATES, em 2009, com o Programa de Articuladores de ATES, formalizado através de Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que proporciona apoio metodológico e de planejamento às equipes técnicas, além de contribuir com a sistematização das ações desenvolvidas e avaliação das metas executadas. Durante o ano de 2012, aprovamos, junto ao INCRA/Sede, um novo Termo de Cooperação com a UFSM com duração até 2015 e com a incorporação de mais 6 técnicos, buscando qualificar ainda mais o trabalho desenvolvido.

Temos ainda duas instâncias de acompanhamentos e avaliação do Programa de ATES no RS: a) o Conselho Estadual de ATES, composto por várias entidades afins ao programa, entre elas o INCRA, as prestadoras de ATES (Emater, Coptec e Cetap), a Embrapa, a UFSM, o DDA (Departamento de Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado do RS), a FEPAGRO (Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária) e a COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do RS), que se reúne periodicamente para discutir o programa de ATES e nivelar ações e procedimentos; b) os Conselhos Regionais de ATES, formado em todos os 20 Núcleos Operacionais, compostos pelo INCRA, Articuladores de ATES, prestadora de ATES e representantes de todos os assentamentos que compõem cada Núcleo Operacional, que se reúne duas vezes ao ano para avaliar as ações de ATES nos Núcleos Operacionais e realizar um planejamento conjunto das ações do próximo período, além de ser um espaço de nivelamento de várias questões institucionais com os assentamentos.

4. Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

O INCRA é uma Autarquia com destacados serviços ao público, principalmente do meio rural, mas também presta outros atendimentos ao público em geral. Entre as ações de atendimento ao público realizadas pela Superintendência Regional do RS, em 2013, cabe destacar:

1) Sala da Cidadania: 5.782 atendimentos realizados em 2013, sendo 2.197 atendimentos para Certidões de averbação de tempo de aposentadoria de Trabalhadores Rurais e 3.586 atendimentos vinculados a temas do Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR).

2) Processos protocolados no SISPROT em 2013: 3.168 processos.

3) SICAF: a SR.11 é o órgão cadastrador de 257 fornecedores no sistema SICAF (que demandam atualizações freqüentes), sendo que 11 novos fornecedores foram agregados no ano de 2013.

4) SICONV: a SR.11 é o órgão cadastrador de 147 entidades sem fins lucrativos do Estado, além de 59 Prefeituras Municipais, 4 Secretarias Estaduais, 4 Fundos Municipais e 2 Consórcios Intermunicipais, totalizando 216 cadastros no SICONV sob sua responsabilidade (situação até 31/12/2103). No ano de 2013 foram agregadas mais cinco entidades pela Autarquia. Pode-se dizer que o INCRA/RS figura entre os maiores órgãos cadastradores do SICONV no RS, o que demanda uma expressiva quantidade de trabalho na Divisão Administrativa.

5) Famílias inscritas nos editais de lotes vagos em 2013: 296 famílias foram atendidas.

6) Documentação da Mulher Trabalhadora Rural: 16.382 documentos emitidos, a partir do atendimento de 9.016 pessoas em 10 mutirões realizados pelo MDA/INCRA, abrangendo 15 municípios.

7) Ouvidoria Agrária: 790 pessoas atendidas regularmente com entrega de cestas básicas de alimentos em acampamentos de agricultores sem terra e em assentamentos recém criados.

8) Outros: além das ações de atendimento ao público enumeradas acima, o INCRA atende regularmente proprietários de terra interessados em vender o seu imóvel para a criação de assentamentos e, também, vários assentados da reforma agrária de todas as regiões do RS para resolver problemas, dirimir dúvidas a respeito da obtenção de financiamento e de pagamento de dívidas do PRONAF, e também para o pagamento de títulos de posse e regularização dos lotes nos assentamentos. Esta atuação, especialmente aos agricultores assentados, é diária e requer uma grande dedicação de tempo por parte da Divisão de Desenvolvimento da SR.11.

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

O INCRA tem investidos em sistemas informatizados de controle para todas as ações de atendimento ao público. Para cada sistema, além da preocupação dada à transparência e à acessibilidade das informações, existe a preocupação com os níveis de responsabilidade na gestão destes sistemas. O INCRA tem mantido diálogo constante com o SERPRO para que, sempre que possível, os sistema sejam operados através de certificação digital.

O Setor de Planejamento da SR-11 mantém monitoramento de dados destas ações de atendimento ao público e na estrutura interna do INCRA/RS estão regularmente determinados os responsáveis pela prestação destes serviços. Destaque para o acompanhamento e revisão dos dados de execução física inseridos no Módulo de Monitoramento do SIR, com homologação destes dados por parte do Superintendente. Há, também, auditoria de dados e visitas técnicas realizadas pela Auditoria Interna e equipe da Diretoria de Gestão estratégica do INCRA/Sede.

5.Gestão de Pessoas

5.1Distribuição de servidores

Abaixo apontamos a distribuição dos servidores entre as áreas meio e as áreas fim.

UNIDADE	ÁREA FIM			ÁREA MEIO			TOTAL
	NI	NS	% TOTAL	NI	NS	% TOTAL	
SR-11/RS	27	48	64,1%	18	24	35,9%	117

5.2Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

O Serviço de Desenvolvimento Humano (SDH) foca suas ações de melhoria do clima organizacional através, principalmente, das atividades de capacitação, discussões em reuniões de gestão/planejamento sobre temáticas relacionadas ao ambiente de trabalho e atividades de integração em conjunto com a associação dos servidores. Em linhas gerais, são estabelecidas ações tanto no planejamento geral da superintendência quanto no planejamento setorial do setor de gestão de pessoas, com o objetivo de integrar mais os servidores entre si, bem como aumentar a participação dos mesmos nas decisões de gestão.

5.3Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

A capacitação na SR.11, em linhas gerais, é tratada junto aos gestores, que definem os focos de ação para o ano em conjunto com os servidores, dando as diretrizes necessárias para que o setor de recursos humanos atenda as demandas apontadas. Para o ano de 2013, a capacitação da Superintendência ficou prejudicada em razão da suspensão de descentralização de recursos a partir de julho/2013. Sendo assim, somente foi possível atuar na área de capacitação na primeira metade do ano. Porém, dentro do possível, avaliamos que as atividades realizadas foram bastante úteis e bem apropriadas não só pelos participantes, como pelo restante das equipes, em razão da multiplicação interna do conhecimento.

O Incra dispõe de uma política de incentivo à instrutoria interna. Em 2012 foram realizadas atividades de capacitação interna, as quais não foram repetidas em 2013 por falta de recurso. Porém, sempre que possível, a Superintendência procura planejar atividades de instrutoria interna.

5.4 Recursos humanos da unidade

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	109	109	7	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	109	109	7	13
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	106	106	7	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	3	0	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	5	5	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	3	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	117	117	7	13

Fonte: SIAPE E EXTRATOR DE DADOS

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Tipologias dos Cargos

Servidores em cargos efetivos: Total de servidores que compõem o quadro de pessoal da UJ, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira.

Membros de poder e agentes políticos: Compreende os titulares dos órgãos do Poder Judiciário (ministros e juízes), do Tribunal de Contas da União (ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao TCU) e dos cargos estruturais da organização política do País, compreendendo, no âmbito federal, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os auxiliares imediatos dos Chefes do Poder Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores e Deputados Federais e os membros do Ministério Público, dentre outros.

Servidores de Carreira: Compreende o conjunto de servidores de carreiras, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam na UJ, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) diferentes subtipos, quais sejam: Servidores de carreira vinculada ao órgão; Servidores de carreira em exercício descentralizado; Servidores de carreira em exercício provisório; Servidores requisitados de outros órgãos e esferas.

Servidores de carreira vinculada ao órgão: servidores ocupantes de cargos efetivos de carreira da própria UJ ou do órgão supervisor da UJ.

Servidores de carreira em exercício descentralizado: servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UJ mediante exercício descentralizado de atividade;

Servidores de carreira em exercício provisório: servidores originários de carreira de outro órgão que esteja em exercício provisório na UJ. Enquadram-se nesta linha os servidores que foram removidos de outras unidades ou órgãos com base na previsão legal do art. 36, Parágrafo único, inciso III, alínea a, da Lei n.º 8.112/90, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 9.527/97.

Servidores requisitados de outros órgãos e esferas: servidores que exercem atividades na UJ em razão de haverem sido requisitados conforme previsão do art. 93, inciso II, da Lei n.º 8.112/90.

Servidores com Contratos Temporários: Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se como referência os termos da Lei n.º 8.745/93, com as modificações da Lei n.º 9.849/99 e Lei n.º 10.667/2003.

Servidores sem Vínculo com a Administração Pública: Servidores que compõem a força de trabalho da UJ que não têm vínculo com a administração pública, tais como os ocupantes de cargos em comissão.

Lotação

Autorizada: Lotação autorizada por lei, quando for o caso, para provimento de cargos na UJ.

Efetiva: Lotação efetiva de cargos providos na UJ.

Ingressos e Egressos

Ingressos no exercício: Número de servidores que ingressaram na UJ no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas.

Egressos no exercício: Número de servidores que saíram da UJ no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas.

Total de servidores: total de servidores da UJ.

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	73	2
1.1 Voluntária	65	2
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	7	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	67	0
2.1 Voluntária	66	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	140	2

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

Observação: 2 (duas) aposentadorias ocorridas em dezembro/13 foram registradas após o fechamento da folha de pagamento.

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Integral – Regime de proventos recebidos por servidor e membro de Poder que não sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Voluntária: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Compulsória: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Invalidez Permanente: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal.

Outras: Regime de aposentadoria não previsto no art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

Proporcional: Regime de proventos no qual o provento recebido pelo servidor sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Voluntária: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Compulsório: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Invalidez Permanente: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal.

Outras: Regime de aposentadoria não previsto no art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

Quantidade de Servidores Aposentados até 31/12: Número de servidores aposentados, acumulado até 31/12 e que nessa data ainda figuravam na folha de pagamento da UJ, considerando os regimes de provento e de aposentadoria indicados.

Quantidade de Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência: Número de aposentadorias de servidores da UJ iniciadas no exercício de referência do relatório de gestão, considerando cada um dos regimes de provento e de aposentadoria.

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	50	5
1.1. Integral	41	4
1.2. Proporcional	9	1
2. Em Atividade	9	0
3. Total (1+2)	59	5

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Aposentado Integral – Regime de proventos no qual o servidor instituidor encontrava-se no momento do fato gerador da pensão, caracterizado pelo recebimento de provento sem redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Aposentado Proporcional – Regime de proventos no qual o servidor instituidor encontrava-se no momento do fato gerador da pensão, caracterizado pelo recebimento de provento com redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Em Atividade – Quando o instituidor de pensão encontrava-se em atividade no momento do fato gerador da pensão.

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	4	4	6	6	28.140,73
1.1 Área Fim	3	3	4	4	18.630,64
1.2 Área Meio	1	1	2	2	9.510,09
2. Nível Médio	2	2	3	3	9.347,2
2.1 Área Fim	0	0	1	1	2.047,01
2.2 Área Meio	2	2	2	2	7.300,18
3. Total (1+2)	6	6	9	9	37.487,92

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios	Decisões Judiciais	Total (R\$)
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
SERVIDORES DE CARREIRA	7.573.704,00	273.538,30	692.100,50	207.495,80	1.342.498,00	526.078,40	1.929,52	21.527,38	13.281,70	10.652.154,00
SERVIDORES CELETISTAS					6.552,79					6.552,79
SERVIDORES OCUPANTES DE DAS		84.557,04	2.228,02		17.398,93					104.184,00
SERVIDORES OCUPANTES DE FG		10.279,42								10.279,42

Fonte: SIAPE e EXTRATOR

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Vencimentos e Vantagens Fixas - Valores pagos a título de vencimento e vantagens fixas, incluídos os valores pagos a título de vantagens pessoais, nominalmente identificadas como anuênios e décimos, previstos nos arts. 40, 244 e 62-A, da Lei nº 8.112/90, respectivamente.

Retribuições - Valores pagos a título de retribuições, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.112/90.

Gratificações - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos II e IX, da Lei nº 8.112/90. Incluem-se nesta rubrica as gratificações pagas aos juízes eleitorais, promotores eleitorais a título de pró-labore.

Adicionais - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, da Lei nº 8.112/90. Incluem-se ainda nesta rubrica os valores relativos aos Adicionais de Qualificação e por tempo de serviço.

Indenizações - Valores pagos a título das indenizações previstas no art. 51 da Lei nº 8.112/90. Incluem-se nesta rubrica os valores relativos a Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-Escolar e ao pagamento de diárias.

Benefícios Assistenciais e Previdenciários: Valores pagos a título de assistência médica e abono permanência, previsto na EC nº 41/2003, auxílios natalidade e funeral e salário-família.

Demais despesas variáveis: Valores pagos aos servidores que não se enquadram nos títulos anteriores.

Despesas de Exercícios Anteriores: Valores pagos no exercício que se referem a direitos adquiridos pelo servidor em exercício anterior ao de referência do relatório de gestão, independentemente da rubrica.

Decisões judiciais: Valor pago a servidores da UJ em decorrência de decisão judicial, independentemente da rubrica.

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA no RS													
UG/Gestão: 373072						CNPJ: 00.375.972/0013-02							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	5	O	RS/1350/2008	00.932.422/0001-03	25/04/2008	19/05/2013			32	32			E
2013	5	O	RS/0035/2013	13.797.995/0001-05	13/05/2013	20/01/2014			33	33			A
2013	4	O	RS/0025/2013	03.149.832/0001-62	20/02/2013	20/02/2015	1	1					A
2009	4	O	RS/2210/2009	03.149.832/0001-62	21/12/2009	19/02/2013	1	1					E
2009	12	O	RS/1450/2009	03.149.832/0001-62	06/02/2009	06/02/2014	6	6					A
2011	1	O	RS/0051/2011	04.855.257/0001-86	29/06/2011	28/10/2014	4	4					P
2011	3	O	RS/0006/2011	00.660.928/0001-00	01/03/2011	30/06/2015			2	2	1	1	P
2010	2	O	RS/0025/2010	06.278.833/0001-03	20/07/2010	19/07/2014			1	1			P
2010	12	O	RS/0050/2010	11.493.437/0001-20	28/10/2010	27/10/2014			3	3			P
Observações:													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Área:				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Fonte: SR-11

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	Competência do Diretor de Gestão Administrativa - SEDE
Desligamento	Competência do Diretor de Gestão Administrativa - SEDE
Concessão de aposentadoria	2
Concessão de pensão	5
Total	7

5.4.7 Prospeção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

PERSPECTIVA DE APOSENTADORIAS CONSIDERANDO IDADE LIMITE

2014		2015			2016			2017			2018			TOTAL (14/18)	% - TOTAL (2014/2018)	2019 EM DIANTE	TOTAL
QTDE	25 %	SALDO	QTDE	25 %	SALDO	QTDE	25 %	SALDO	QTDE	25 %	SALDO	QTDE	25 %				
24	6	18	1	5	14	2	4	12	3	4	1	2	3	22	19,3%	0	114

Observação: QTDE = Quantitativo de servidores que completaram idade limite para aposentadoria (Homem/60 anos e Mulher/55 anos)

Os quadros acima descritos demonstram a crítica situação dos recursos humanos da SR.11, considerando os servidores efetivos e a perspectiva de aposentadoria para os próximos anos. A estratégia de recomposição do pessoal depende de decisão do Governo Federal na abertura de concurso público para o INCRA em todas as áreas de conhecimento (área meio e áreas fins).

Ressalta-se que um grande número de servidores aprovados nos últimos concursos públicos do INCRA acabaram não assumindo o cargo ou abandonando o posto de trabalho após algum tempo, na medida em que passam em outro concurso público. Esta situação se dá, em grande parte, pela defasagem do salário do servidor do INCRA em comparação com vários órgão do Governo Federal nos três poderes. Dessa forma, a estratégia de recomposição do quadro de servidores da Autarquia passa por medidas efetivas de valorização do servidor e remuneração compatível com os cargos ocupados.

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 18: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (117 servidores da UJ) no nível de agregação) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia – 39 servidores capacitados.	33%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação (117 servidores da UJ).	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia – 1.922 horas de capacitação	16,4 horas/funcionário

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela SR.11 na área de Pessoal:

A capacitação para o ano de 2013, apesar de ter atingido suas metas, apresentou uma diminuição de sua abrangência em relação aos anos anteriores. Tal fato se deve, principalmente, em razão dos cortes orçamentários ocorridos a partir do meio do ano por parte do INCRA/Sede, bem como pelo fato de que, no ano passado, se focou uma capacitação mais pontual, direcionada a servidores em áreas-chave para a Superintendência, não sendo realizadas atividades gerais e mais abrangentes. Ou seja, como não houve cursos voltados a grandes grupos, com temas mais gerais, a abrangência ficou diminuída. Porém, apesar de se tratar de uma diminuição quantitativa, avaliamos que qualitativamente o resultado foi positivo, justamente pelo fato de a capacitação ter se focado em capacitações mais direcionadas.

No que se refere ao impacto horas/aula por servidor, o número apresentado é aparentemente alto, pois nesse ano houve investimento para alguns servidores participarem de cursos de longa duração, tais como pós-graduações. Por se tratarem, justamente, de cursos de longa duração, esses apresentam alta carga horária, o que eleva o índice de carga horária por servidor. Descartando-se os cursos de longa duração, que impactam em 6 servidores, o índice cai para menos de 8 horas por servidor. Porém, este é mais um fato que indica como a capacitação do ano de 2013 foi mais direcionada a focos específicos, o que traz um aumento qualitativo, mas causa reduções quantitativas.

Em linhas gerais, avaliamos que considerando os cortes orçamentários do ano de 2013, a capacitação conseguiu trazer bons resultados e que o aprendizado absorvido pelos servidores capacitados está sendo bem apropriado na Superintendência como um todo. Para o ano de 2014, se espera manter uma capacitação mais focada, porém, se entende que também seria interessante a aplicação de alguns cursos mais amplos, que capacitem mais servidores, visando aumentar também os dados quantitativos da capacitação e ampliar a abrangência desta ação.

5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

A Superintendência Regional do RS é responsável por 189 assentamentos Federais, com um total de 8.367 famílias atendidas. Considerando os assentamentos estaduais e municipais, a SR-11 atende um público de 337 assentamentos com 12.443 famílias.

A Superintendência Regional tem atualmente 117 servidores (114 descontando-se os servidores sem vínculo com a Administração Pública, bem abaixo da média nacional que é 176 servidores por SR), sendo que deste total 74 estão lotados nas áreas finalísticas da Superintendência. Ou seja, existe em média, a grosso modo, apenas um servidor para atender 168 famílias de agricultores assentados no Rio Grande do Sul. Sabemos que esta relação é muito maior, tendo em vista que são muitas as atribuições das áreas finalísticas. Análise similar pode ser realizada na área meio, onde o número de servidores lotados está muito defasado para dar conta das demandas administrativas da Unidade. Esta situação remete, inevitavelmente, à uma ação insuficiente no atendimento das demandas da Autarquia e no atendimento do público beneficiário, além no deficiente acompanhamento e fiscalização dos contratos e convênios formalizados no âmbito da SR-11.

Os Quadros anteriores demonstram também a gravidade deste panorama, onde se observa a quantidade de servidores com idade para se aposentar.

Importante ressaltar também a rotatividade ocasionada por salários defasados (em relação a outros órgãos do executivo) a qual gera dificuldade de nomeação nos concursos realizados e a perda de servidores para outros órgãos.

A Superintendência em diversas oportunidades manifestou esta preocupação, oficialmente, ao INCRA/Sede em Brasília. Sabe-se também que a Direção do INCRA manifesta freqüentemente esta demanda junto ao Ministério do Planejamento, porém os problemas vêm se acumulando nesta área sem que os mesmos sejam de fato resolvidos.

6.Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

No ano de 2013 a SR-11 empreendeu esforços para solucionar os problemas relacionados ao estoque de convênios em atraso e em relação às deficiências do acompanhamento e fiscalização dos instrumentos formalizados por parte da Autarquia. Enumeramos as ações importantes que visaram solucionar os problemas apontados:

- recomposição do Setor de Contabilidade: realocação de servidora (Contadora) do Setor Financeiro para este setor e readequando os fluxos internos;

- reativação do Núcleo de Convênios: engloba os setores de Contabilidade, Planejamento, Chefes de Divisão e todos os fiscais de convênios da Superintendência, se constituindo em um espaço de discussão, capacitação, nivelamento de informações e definição de atribuições sobre convênios na SR-11.

De qualquer forma, apesar da diminuição dos estoques de convênios vencidos, como pode ser observado nos quadros e tabelas seguintes, o problema ainda não foi solucionado, e suas causas passamos a enumerar a seguir:

- crítica falta de recomposição do quadro de servidores: como pode ser visto no Item 5 deste relatório, a SR-11 em 2013 sofreu uma diminuição de 13 servidores de seus quadros. Foram recebidos 6 novos servidores, porém nenhum deles com formação relacionado à área financeira/contábil e com as áreas que operam mediante a formalização de convênios. O quadro se agravou ainda mais com o falecimento de um servidor (Contador) diretamente ligado à área de prestação de contas de convênios;

- falta de disponibilização de cursos de capacitação/formação para atuar na área de convênios e na operação do sistema SICONV: a otimização do trabalho de fiscalização da execução física e financeira e, também, da análise da prestação de contas de convênios pressupõe a formação de agentes capacitados para conduzir estes trabalhos. No entanto, se observa que oferta de cursos das escolas de governo e de agentes privados para este conhecimento específico é extremamente limitado. Apesar dos esforços da Superintendência em buscar cursos nesta área, o que se observou é que o único curso oferecido pela escola do governo em 2013, neste tema, era voltado à ação dos “convenientes” no SICONV.

No entanto, há de se ressaltar a preocupação da Autarquia, em nível nacional, para atacar este problema como prioridade em 2014. Já estão se agendando forças tarefas nacionais para redução do estoque de convênios vencidos e não aprovados. Também, o Núcleo de Convênios da Superintendência está programando capacitações internas com o intuito de dirimir as dúvidas e deficiências no sistema SICONV e nas ações de fiscalização de convênios.

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul									
CNPJ: 00.375.972/0013-02					UG/GESTÃO: 373072/37201 (SR-11)				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	469179	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO ROQUE	1.213.961,00	191.873,00	-	1.022.088,00	02/12/02	30/06/07	1
1	487917	UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	930.570,08	50.302,08	-	880.267,49	19/12/03	30/06/06	1
1	512993	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO MANOEL	1.117.502,39	11.064,38	-	1.106.437,51	01/12/04	30/12/11	1
1	513125	ASSOC DOS COLONOS ASSENTADOS DO CERRO DOS MUNHÓS E BOM SERÁ	1.503.343,46	15.033,43	-	1.488.310,03	03/12/04	30/12/13	1
1	513171	ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS CERRO DA CRUZ	1.197.095,69	11.970,96	-	1.185.124,73	03/12/04	31/12/12	1
1	517382	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	1.791.177,94	52.820,00	-	1.738.357,94	23/12/04	15/06/09	1

1	517602	ASSOCIAÇÃO CONQUISTA DO JAGUARÃO	1.853.260,74	18.532,61	-	1.728.422,03	24/12/04	31/12/11	1
1	517671	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	1.989.952,32	291.000,00	-	1.698.952,32	31/12/04	30/11/09	1
1	523040	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CONQUISTA DA LIBERDADE	931.643,40	9.316,43	-	922.326,97	16/05/05	31/12/11	1
1	524852	INSTITUTO EDUCAR	839.646,00	104.853,70	-	734.791,14	15/07/05	30/12/08	1
1	533903	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	825.758,00	218.060,00	-	607.698,00	19/12/05	30/06/07	4
1	535565	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ	5.475.987,27	48.983,88	-	4.261.163,62	26/12/05	31/12/12	1
1	577966	CEPPA - CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E PESQUISA EM AGROECOLOGIA	8.710.672,08	621.539,00	692.072,84	5.570.274,99	27/12/06	31/12/13	1
1	578829	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ	800.418,55	24.012,56	-	776.405,99	26/12/06	28/08/09	4
1	581704	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	208.134,23	32.604,23	-	175.529,20	29/12/06	31/12/07	4
1	590096	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	673.876,00	72.000,00	-	601.876,00	28/12/06	22/03/12	1
1	593655	FUNDAÇÃO SIMON BOLIVAR	1.708.600,00	178.600,00	336.000,00	954.000,00	13/09/07	31/12/15	1

1	600099	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	279.033,76	17.316,53	-	261.717,23	27/12/07	28/11/12	4
1	601627	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI	309.061,57	9.300,00	-	299.761,57	31/12/07	23/03/13	1
1	603284	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO	434.131,50	18.362,50	-	415.769,00	31/12/07	31/03/10	4
1	700265	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	319.692,40	9.692,40	-	310.000,00	13/11/08	31/07/10	1
1	700272	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	574.679,00	14.679,00	-	560.000,00	17/11/08	30/06/12	1
1	700363	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	584.184,00	14.184,00	-	570.000,00	24/11/08	25/08/12	1
1	700877	INSTITUTO EDUCAR	753.900,00	11.900,00	-	711.040,00	08/12/08	30/07/12	1
1	700883	INSTITUTO EDUCAR	781.900,00	11.900,00	-	703.917,00	10/12/08	31/10/12	1
1	701614	FAPEG/ EMBRAPA	2.989.493,12	375.206,40	261.428,60	2.614.286,72	29/12/08	30/06/13	1
1	701647	COPTec - COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS	3.332.963,02	36.000,00	-	2.397.268,03	29/12/08	28/12/13	1
1	701653	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	506.942,65	6.942,65	-	500.000,00	29/12/08	28/12/09	1

1	701803	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL	839.685,00	8.396,85	-	706.317,67	31/12/08	05/01/15	1
1	702227	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	266.500,00	2.665,00	-	263.835,00	30/12/08	31/05/09	1
1	702294	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI	394.763,72	5.927,64	-	388.836,08	06/01/09	05/01/15	1
1	702527	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	423.870,72	81.000,00	-	342.870,72	30/12/08	27/09/10	1
1	702548	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ	205.168,49	10.168,49	-	195.000,00	06/01/09	05/07/11	1
1	702551	PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL	314.262,00	4.262,00	-	310.000,00	31/12/08	05/01/15	1
1	702563	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA	563.679,00	17.000,00	-	273.339,50	30/12/08	05/01/14	1
1	702565	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	442.945,07	17.945,07	-	425.000,00	29/12/08	05/04/12	1
1	702635	PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA	2.082.961,71	62.488,85	-	2.020.472,86	31/12/08	31/12/12	1
1	702645	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	2.100.165,59	65.165,59	-	2.035.000,00	30/12/08	30/11/12	1
1	721531	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO OSÓRIO	550.412,90	5.504,15	-	544.908,75	21/12/09	21/06/12	1

1	722382	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	446.207,77	4.462,10	-	441.745,67	21/12/09	21/06/12	1
1	722390	PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL	528.635,30	109.515,02	-	266.000,00	21/12/09	30/04/14	1
1	722402	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ	1.914.807,19	19.148,07	-	185.659,10	31/12/09	31/12/13	1
1	722403	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	235.578,41	51.354,86	-	184.223,55	31/12/09	31/08/12	1
1	722534	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS	532.599,01	132.113,91	-	260.000,00	21/12/09	30/04/14	1
1	723073	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO	349.022,58	6.843,58	-	234.500,00	30/12/09	23/07/14	1
1	723089	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS	269.816,52	10.377,55	-	259.438,97	31/12/09	25/11/14	1
1	723101	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS	357.017,39	7.000,00	-	350.017,39	31/12/09	24/01/13	1
1	723258	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO MACHADO	253.030,83	9.744,09	-	120.000,00	21/12/09	21/12/14	1
1	723497	PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA	927.366,45	87.421,64	-	663.517,73	28/12/09	28/12/13	1
1	723582	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCURZILHADA DO SUL	340.294,34	13.088,24	-	251.867,82	31/12/09	24/12/14	1

1	723975	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	560.842,69	38.502,92	-	522.339,77	30/12/09	30/12/11	1
1	724342	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	110.637,96	1.137,96	-	109.500,00	30/12/09	30/12/11	1
1	724553	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL	556.797,61	5.568,00	-	247.863,63	31/12/09	31/12/14	1
1	724790	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPES	334.305,10	9.737,10	-	324.568,00	31/12/09	31/12/14	1
1	726332	PROJETO CURICACA	508.866,00	8.500,00	-	400.000,00	28/12/09	31/12/14	1
1	726596	INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DA PAMPA-IPEP	885.877,54	17.847,79	-	694.421,75	30/12/09	31/12/13	1
1	734741	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	1.005.072,64	132.440,00	-	577.444,00	21/05/10	28/02/14	1
1	750042	FUNDAÇÃO SIMON BOLIVAR	150.208,26	24.900,00	-	125.308,26	29/12/10	15/12/12	1
1	752100	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO	224.531,35	2.245,32	-	100.000,00	27/12/10	27/12/14	1
1	752107	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	692.297,31	7.297,31	-	685.000,00	29/12/10	31/10/13	1
1	752110	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANANDUVA	335.528,25	3.355,28	162.172,97	332.172,97	27/12/10	30/06/14	1

1	752111	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÇA	213.757,88	2.137,58	-	100.000,00	27/12/10	09/07/14	1
1	752451	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	611.201,00	11.201,00	197.930,00	402.070,00	27/12/10	31/12/13	1
1	754058	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	446.152,00	10.475,50	-	435.676,50	30/12/10	30/06/12	1
1	755903	COOPSAT - COOP. DE PRESTACAO DE SERV E ASSIST. TECNICA	458.280,00	6.000,00	-	291.900,00	29/09/11	28/12/13	1
1	755913	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	121.152,00	3.952,00	160.380,00	117.200,00	29/09/11	29/04/13	1
1	756045	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	716.240,80	16.240,80	200.000,00	400.000,00	01/11/11	31/07/15	1
1	756051	INSTITUTO EDUCAR	781.200,00	11.200,00	186.430,00	505.200,00	29/09/11	29/06/14	1
1	756091	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	153.680,00	3.680,00	-	150.000,00	31/08/11	16/01/12	1
1	762006	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA	323.389,01	7.953,41	-	56.403,54	12/12/11	31/12/14	1
1	762225	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS	255.659,95	5.659,95	-	125.000,00	13/12/11	13/05/14	1
1	762721	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO	1.640.400,00	16.404,00	-	-	15/12/11	31/12/13	5

1	762779	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO	126.000.000,00	25.200.000,00	-	-	22/12/11	30/12/13	1
1	764059	PREFEITURA MUNICIPAL DE JULIO DE CATILHOS	320.160,17	6.560,17	163.600,00	313.600,00	20/12/11	29/06/14	1
1	776410	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PESCA E COOPERATIVISMO	18.200.000,00	200.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	01/12/12	31/12/15	1
1	777084	FUNDAÇÃO SIMON BOLIVAR	2.000.642,00	21.000,00	240.492,00	240.492,00	27/12/12	29/06/18	1
1	777103	INSTITUTO EDUCAR	800.240,00	12.740,00	112.500,00	112.500,00	31/12/12	30/09/15	1
1	777116	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	309.244,00	9.244,00	157.360,00	157.360,00	31/12/12	30/06/15	1
1	778534	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	620.000,00	20.000,00	-	-	30/12/12	31/12/14	1
1	778574	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA DO SUL	365.000,00	10.000,00	-	-	28/12/12	31/12/14	1
1	778712	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO	365.000,00	15.000,00	-	-	31/12/12	31/12/14	1
1	778775	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	520.229,21	20.229,21	-	-	30/12/12	30/12/14	1
1	778789	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	566.426,14	11.328,52	-	-	31/12/12	31/12/14	1

1	780917	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PESCA E COOPERATIVISMO	15.789.522,47	789.522,47	5.000.000,00	5.000.000,00	28/12/12	30/12/14	1
1	790084	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	749.953,26	15.723,26	-	-	30/12/13	30/06/17	1
1	793553	INSTITUTO EDUCAR	1.593.342,80	33.250,00	-	-	31/12/13	31/12/18	1
1	795786	FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA	770.000,00	15.400,00	-	-	31/12/13	31/07/17	1
1	796244	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO	255.476,94	5.476,94	-	-	27/12/13	25/12/15	1
1	796297	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU	759.350,30	60.749,66	-	-	17/01/14	17/01/16	1
1	796311	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA	260.000,00	10.000,00	-	-	20/01/14	20/01/16	1
1	796849	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	477.744,00	4.777,44	-	-	17/01/14	17/01/15	1
1	796851	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PESCA E COOPERATIVISMO	15.151.516,00	151.516,00	-	-	17/01/14	17/01/16	1
1	798704	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA	3.800.000,00	76.000,00	-	-	31/12/13	31/12/15	1
4	01/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	252.550,00	2.550,00	-	-	10/01/14	10/01/16	1

4	02/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL	252.550,00	2.550,00	-	-	10/01/14	10/01/16	1
4	03/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA	750.000,00	10.000,00	-	-	10/01/14	10/01/16	1
4	04/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI	505.100,00	5.100,00	-	-	10/01/14	10/01/16	1
4	05/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUA	1.316.161,83	25.807,10	-	-	10/01/14	10/01/16	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul			
CNPJ: 00.375.972/0013-02		UG/GESTÃO: 373072/37201 (SR/11)	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes (em 2013)	A aprovar	3	36.979.015,59
	A comprovar	38	34.604.062,07
	Total	41	71.583.077,66
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	12	9.844.861,39
	A comprovar	19	19.866.441,06
	Total	31	30.537.060,45

Observações:

Os dados da tabela acima não contemplam todos os registros da tabela anterior:

- 56 (cinquenta e seis) convênios estiveram vigentes em 2013. Destes 15 não tiveram repasse algum, de modo que permaneceram até o final do ano com status integralmente “a liberar”, não se classificando nem na situação de “a aprovar” nem “a comprovar”, razão pela qual constam 41 convênios vigentes na tabela acima;
- Não foi contabilizado no demonstrativo o convênio nº 762721 (excluído) e portanto sem possibilidade de classificação na tabela acima;
- Também por não terem condições de classificação na tabela acima, deixaram de ser contabilizados os 5 convênios aprovados (533903, 578829, 581704, 600099 e 603284);
- Em resumo, tem-se 72 convênios na tabela acima, mais 15 que não tiveram liberação, mais 5 aprovados, mais 1 excluído, chegando-se aos 93 da primeira tabela.

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

O evento no SIAFI para pagamento de imóveis para a reforma agrária não incorpora estes imóveis no patrimônio do INCRA. Não existem estas informações no âmbito da Superintendência Regional no Rio Grande do Sul (SR-11).

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

1) A conta 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidência da Autarquia determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013 foi concluído o Módulo Cadastro do SNCCI, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso, etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua conseqüente baixa contábil no SIAFI.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todas as dificuldades quanto ao Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3 focou nos relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária (concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências), trazendo mudanças significativas no desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP ficam estabelecidos critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades concedidas aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessária uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista os valores inscritos no SIAFI "inversão financeira", com valor acumulado aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, que somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou a Controladoria-Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços e dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Por fim, é importante frisar que após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba) serão realizadas atividades em mais 12 pólos no Brasil, com a participação dos técnicos das SRs que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta 1.2.2.4.9.10.00, manuseio do SNCCI e demais procedimentos.

2) A conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceleiros, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes (R\$ 39.704.515,00):

Receitas Diretamente Arrecadadas

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Código GRU	Previsto	Arrecadado
250	13153000	Taxa de ocupação	28804-7	88.758	66.438
250	16001300	Serviços administrativos	28830-6	50.852	206.429
250	19192700	Multas previstas em contratos	28867-5	-	25.113
250	19199900	Outras multas	28848-9	234.506	439.611
250	19189900	Multas e juros de mora de outras receitas	28891-8	-	-
250	19229900	Outras restituições	28852-7	3.982.024	5.319.221
250	22190000	Alienação de outros bens imóveis	28868-3	332.520	-
250	22210000	Alienação de imóveis rurais p/ref.agrária	28874-8	25.967.835	33.058.348
280	23009900	Amortização de empréstimos diversos	48807-0	347.979	589.355
TOTAL				31.004.474	39.704.515

Inobstante a arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, a Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/PRESID
Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/PRESI
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/PRESI

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

As atividades de conformidade contábil e de gestão são feitas regularmente, por servidores distintos (preservando a segregação de funções).

7.Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

A Auditoria Interna do INCRA está centralizada no INCRA/Sede e não há rebatimento desta estrutura nas Superintendências Regionais.

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece, em seu art. 56, à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

No âmbito das Superintendências Regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelos Controles Internos, sendo uma ação realizada pelo INCRA/Sede. Neste sentido, na SR(11) não há uma estratégia de atuação vinculada à este tema. Entretanto, há um fluxo de informações permanente entre o INCRA/Sede e as Superintendências Regionais, através de documentos orientadores de procedimentos e ações, que suprem parcialmente esta deficiência.

O Quadro 21 abaixo corresponde à percepção do INCRA/Sede quanto à avaliação do Sistema de Controles Internos do INCRA.

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: A avaliação acima se refere aos controles internos exercidos pelo INCRA/Sede.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

Os principais controles instituídos na SR.11 para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Superintendência são:

- realização de reuniões periódicas de trabalho com Grupo de Direção Ampliada da SR (participação de todos os chefes de Divisão e gestores de programas), visando nivelar informações e procedimentos, estabelecer as metas de trabalho e avaliar o andamento das ações. Estas reuniões têm rebatimento em todas as Divisões.
- controle da execução das metas físicas através da alimentação do módulo de monitoramento do SIR, com homologação pelo Superintendente Regional.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

Os principais controles instituídos na SR.11 para assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados do INCRA e corporativos da administração pública federal são:

- controle da execução das metas físicas através da alimentação do módulo de monitoramento do SIR, com homologação pelo Superintendente Regional.
- acompanhamento dos contratos e convênios formalizados no âmbito da SR.11, através da verificação e acompanhamento das ações nos sistemas SICONV e SIAFI.
- estabelecimento da segregação de funções em todos os níveis de ação da Superintendência Regional.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

Esta ação depende das definições e orientações descritas no item 6.3 - Demonstração da gestão dos créditos a receber (acima).

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Foi instaurado 1 (um) processo de Tomada de Contas Especial no ano de 2013, referente a convênio firmado com o Estado do Rio Grande do Sul em 2004, conforme dados abaixo relacionados:

Nº do Processo TCE	Data de Instauração TCE	Nº do Processo que deu origem a TCE	Valor Potencial do dano ao Erário	Origem do Débito e Causa Determinante da Instauração da TCE	Nome do Responsável pelo Débito
54220.002403/2013-51	19/09/2013	54220.000866/2004-27	R\$ 42.255.769,78	Acórdão Nº 4060/2013/TCU - 1ª Câmara, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados pelo concedente	Germano Antônio Rigotto

As ações realizadas pela SR-11 no âmbito do processo acima citado estão descritas no item 8.1 abaixo.

8.Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

O Acórdão N° 4060/2013/TCU - 1ª Câmara determinou a esta Superintendência Regional, em 25/06/2013, que com fulcro no Art. 43 da Lei 8443/92 c/c Art. 254 § 3º, do RI/TCU, que se instaurasse e encaminhasse a CGU, no prazo de 90 dias, tomada de contas especial em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassado por meio do convênio 2210/2004 (SIAFI 507588).

O Superintendente Regional emitiu a Portaria INCRA/RS N° 15 de 02/09/2013, publicada no D.O.U. de 04/09/2013 (Seção 2 – folha 62), na qual é designada Comissão de Tomada de Contas Especial para apurar responsabilidades administrativas e civis em relação a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassado por meio do referido convênio. Foi encaminhado pedido de prorrogação de prazo dos trabalhos para o TCU-Secex-RS através do Ofício INCRA-RS/N° 895/2013 de 04/11/2013.

A referida comissão concluiu os trabalhos e emitiu relatório conclusivo em 10/12/2013, com posterior encaminhamento do processo para a Auditoria Interna do INCRA/Sede, em Brasília/DF.

8.2Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

A partir do encaminhamento do Relatório de Gestão 2012 da SR.11 para o TCU, a CGU realizou a Auditoria de Gestão, com encaminhamento do Relatório Final, Certificado e Parecer da Auditoria Anual de Contas ao INCRA/RS no mês de julho/2013 (Relatório n° 201305865).

Com base nas Constatações e Recomendações emanadas pela CGU no Relatório de Auditoria, o INCRA/RS elaborou o Plano de Providências, que incluiu a descrição dos itens e recomendações da CGU, as providências a serem implementadas pela UJ, o prazo para implementação e a situação atual da providência, o qual foi encaminhado à CGU/RS através do Ofício INCRA/RS/n° 744/2013, de 16/09/2013. Este Plano de Providências incluiu o Relatório de Auditoria n° 201109246 (Avaliação da Gestão do exercício 2010), o Relatório de Auditoria n° 201305865 (Avaliação da Gestão do exercício 2012) e os Relatórios de Auditoria n° 201202814 a 201202820 (referentes à ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às famílias Assentadas).

A CGU/RS ainda está analisando as informações do Plano de Providências da SR.11, em especial a parte relacionada ao Relatório de Auditoria n° 201305865 (Avaliação da Gestão do exercício 2012).

Até o momento, a CGU/RS encaminhou ao INCRA/RS o Ofício n° 3701/2014/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR, de 12/02/2014 (referente aos Relatórios de Auditoria n° 201202814 a 201202820 – ação Concessão de Crédito Instalação às famílias Assentadas), e o Ofício complementar n° 3858/2014/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR, de 14/02/2014 (referente ao Relatório de Auditoria n° 201109246 – Avaliação da Gestão do exercício 2010), informando a análise parcial do Plano de Providências e informando que algumas das recomendações foram atendidas pela UJ e que outras demandam medidas corretivas, com estabelecimento da data de 01/07/2014 como novo prazo para atendimento. Até esta data estaremos encaminhando o Plano de Providências atualizado à CGU/RS.

Além das ações acima citadas, referentes ao TCU e à CGU, cabe ressaltar as demandas provenientes da Auditoria Interna do INCRA/Sede, as quais estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 21: Demandas da Auditoria interna do INCRA/Sede para a SR.11.

Ofício/Memo Auditoria Interna		ASSUNTO	RESPOSTA DO INCRA/RS	Ofício/Memo INCRA/RS	
Nº	DATA			Nº	DATA
MEMO/AUD/Nº118	26/03/2013	Solicita respostas às indagações feitas pelo MPF de Passo Fundo/RS sobre prestações de contas de 04 convênios (com o Instituto Educar), através do Ofício-CIV-1º/PRM/PF-RS Nº373/13 de 14/03/2103.	A Superintendência Regional encaminhou relatórios técnicos e financeiros de aprovação dos convênios RS/3340/2005, RS/3500/2005 e RS/4680/2007 e, também relatório do convênio RS/3160/2005 que se encontrava em tramitação.	MEMO/INCRA/SR11/G Nº 98/2013	22/04/2013
MEMO/AUD/Nº242	16/05/2013	Solicita providências ao pedido feito pelo MPF de Passo Fundo/RS, quanto ao envio de cópias de Termos de Convênios e respectivos planos de trabalho, feitos através do Ofício-CIV-1º/PRM/PF-RS Nº703/13 de 29/04/2103.	A Superintendência Regional encaminhou as cópias solicitadas diretamente ao MPF de Passo Fundo/RS, através do Ofício/INCRA-RS/Nº 509/2013 de 02/07/2013.	MEMO/INCRA/SR11/G Nº 175/2013	03/07/2013
MEMO/AUD/Nº320	21/06/2013	Solicita adotar providências determinadas no Acórdão Nº 3770/TCU - 1ª Câmara (de 19/06/13) relativo a cadastramento no SISAC de ato de aposentadoria de servidor	A Superintendência Regional procedeu o novo cadastramento do ato de aposentadoria da servidora Eloisa Gioconda Ricciardi no SISAC e encaminhou o processo Nº 54220.002144/203-96 para análise da CGU-RS	MEMO/INCRA/SR11/G Nº 184/2013	22/07/2013
MEMO/AUD/Nº331	01/07/2013	Solicita adotar providências determinadas no Acórdão Nº 4060/TCU - 1ª Câmara - para que a SR11/RS instaure tomada de contas especial do convênio 2210/2204 (SIAFI 507588) com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul	O Superintendente Regional emitiu a Portaria INCRA/RS Nº 15 de 02/09/2013, publicada no D.O.U. de 04/09/2013 (Seção 2 – folha 62), na qual é designada Comissão de Tomada de Contas Especial para apurar responsabilidades administrativas e civis em relação a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassado por meio do referido convênio. Foi encaminhado pedido de prorrogação de prazo dos trabalhos para o TCU-Secex-RS através do Ofício INCRA-RS/Nº 895/2013 de 04/11/2013. A referida comissão concluiu os trabalhos e emitiu relatório conclusivo em 10/12/2013.	MEMO/INCRA/SR11/G Nº 253/2013	14/11/2013
MEMO/AUD/Nº367	30/07/2014	Solicita atendimento do Ofício.CIV/PRM/PF-RS Nº 1130/2013 do MPF de Passo Fundo/RS, ref. a convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Não Me Toque/RS.	A Superintendência Regional, através do Ofício/INCRA-RS/Nº 580/2013 (de 31/07/2013) respondeu, ao MPF de Passo Fundo, as indagações encaminhadas e enviou cópias do Termo de Convênio e documentos referentes a aprovação da prestação de contas.	MEMO/INCRA/SR11/G Nº 186/2013	31/07/2013

9.Ouvidoria

9.1Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.

Não há registros de solicitações de informações através da Ouvidoria no âmbito da SR-11 em 2013.

9.2Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo

Não há registros de solicitações de informações através da Ouvidoria, no âmbito da SR-11, relacionados à invasões de terras e conflitos no campo, em 2013.

10. Correição

10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.

Quadro 22: Relatório de Procedimentos da SR-11 - CGU-PAD.

CGU-PAD -RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO			
Dados do Filtro:			
Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.			
Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul			
Período: 01/01/2012 a 11/03/2014			
Quadro Consolidado:			Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"			2
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"			0
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"			0
Total de Procedimentos "Julgados"			4
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"			0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"			0
Total de Procedimentos em "Revisão"			0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"			0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"			0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"			0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"			0
Total de Procedimentos			6
Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
54220000823201211	Sindicância	01/10/2012	Processo Julgado
54220001274201383	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	07/10/2013	Processo Julgado
54220001998201246	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	28/01/2013	Instauração/Instrução
54220002221201118	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	01/10/2012	Processo Julgado
54220002289201288	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	28/01/2013	Instauração/Instrução
54220002692201215	Sindicância	12/11/2012	Processo Julgado

Fonte: CGU-PAD

A atividade correicional é exercida, na Autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras o Presidente do INCRA, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares – GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia, órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.

No âmbito das Superintendências Regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo, o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30/06/2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis, CGU-PAD e SisPAD, as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus

resultados. Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares.

Dadas estas circunstâncias e pela relevância do assunto, por meio do art. 6º da Portaria INCRA/P/Nº 191, de 30/06/2009, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural – SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da Autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

O INCRA conta com 2 servidores por Superintendência Regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização. Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas Superintendências Regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema. A SR-11 mantém atualizado o SISPAD (sistema de correição estabelecido pelo INCRA) e o CGU-PAD, em cumprimento à Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007. São 6 procedimentos instaurados registrados no CGU-PAD, sendo 4 procedimentos administrativos disciplinares e 2 sindicâncias.